



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

EDIANE ALBANI BIASI

**“ISSO É COISA DE MENINA”: A HIERARQUIA DE GÊNERO REFLETIDA NOS
USOS E ABUSOS DOS CORPOS FEMININOS**

ERECHIM

2021

EDIANE ALBANI BIASI

**“ISSO É COISA DE MENINA”: A HIERARQUIA DE GÊNERO REFLETIDA NOS
USOS E ABUSOS DOS CORPOS FEMININOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Francisco Feltrin de Souza

ERECHIM

2021

EDIANE ALBANI BIASI

“ISSO É COISA DE MENINA”

A hierarquia de gênero refletida nos usos e abusos dos corpos femininos.

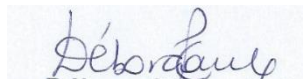
Relatório final, apresentado a Universidade Federal da Fronteira Sul, como parte das exigências para a obtenção do título de licenciada em História.

Erechim, 11 de maio de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Fábio Francisco Feltrin de Souza
Orientador – UFFS/Erechim



Profa. Dra. Débora Clasen de Paula
Examinadora – UFFS/Erechim



Profa. Dra. Paula Vanessa de Faria Lindo
Examinadora – UFFS/Erechim

Dedico este trabalho a todas as mulheres que, assim como eu têm suas inquietações, medos e traumas. Que consigamos ser ouvidas, entendidas e respeitadas.

AGRADECIMENTOS

Nesta fase da minha vida, que é muito especial, não posso deixar de agradecer a algumas pessoas pelo apoio, força e incentivo que me ofereceram, para que se tornasse possível a realização deste sonho.

À Universidade quero deixar meu agradecimento pela acolhida, pela oportunidade e por me proporcionar as condições necessárias para que pudesse atingir meu objetivo, da melhor forma possível.

Aos professores, pelo esforço, paciência e dedicação em dividir seus conhecimentos e ofertar as ferramentas necessárias para que pudesse trilhar minha vida acadêmica, evoluindo e absorvendo conhecimentos. Um sincero e especial agradecimento ao meu orientador, professor Fábio Francisco Feltrin de Souza, pela amizade, generosidade e disposição em ensinar, aconselhar e me guiar nessa pesquisa, que tem, para mim, imensa importância pessoal e acadêmica.

Não posso esquecer de agradecer a minha família e amigos, porque foram eles que me incentivaram e inspiraram a superar todas as dificuldades que foram surgindo no caminho. Especialmente a minha filha Laís, pelo incentivo e apoio desde o início, da inscrição do ENEM à matrícula na UFFS, pela paciência nos momentos de estresse, pela compreensão nos momentos de tensão, por ser a minha âncora e meu suporte. Quero agradecer também ao Igor, que chegou na minha vida na reta final desta caminhada, mas que colaborou imensamente, com seu abraço e carinho, me dando suporte emocional para que pudesse concluir com êxito o meu objetivo.

E por fim, a todas as pessoas que também colaboraram imensamente na construção deste caminho de conhecimentos, em especial os colegas: Débora, Jaílton, Liliane, Janaína e Paulo, pessoas que me ajudaram, incentivaram, me fizeram acreditar que eu era capaz, serei eternamente grata.

*Nenhuma sociedade trata suas mulheres tão
bem quanto trata seus homens.*
(PNUD: Relatório de Desenvolvimento Humano 1997).

RESUMO

O presente ensaio tem por finalidade apresentar como a nossa sociedade controla a vida privada, a sexualidade dos homens, mas especialmente das mulheres, se utilizando de vários mecanismos, seja através da religião, da medicina ou de regras sociais e culturais. Pretende explicar como se construiu culturalmente o ideário sobre a pretensa superioridade masculina, enquanto o feminino é reconhecido como frágil, cordato e submisso. Busca compreender a historicidade da luta das mulheres contra a apropriação de seus corpos e a dominação masculina, exercida sobre os mesmos. Objetiva esclarecer como o patriarcado e seus regramentos influenciaram para a construção de um “mandato de masculinidade” que domina, abusa, explora e submete as mulheres, mas que também oprime os homens, para que se enquadrem num determinado padrão de “ser homem”. Também visa demonstrar o quanto as mulheres têm sua autonomia negligenciada, impossibilitando a tomada de decisões a respeito da própria vida, do próprio corpo, enfatizando a criminalização do aborto como ponto alto desta apropriação. Ainda no que se refere a luta e resistência femininas, será revelado o exemplo do grupo “Socorristas em Rede” que desenvolve, na Argentina, um trabalho de apoio, disseminação de informação, orientação e acompanhamento de mulheres que decidem abortar de modo seguro, estando em situação de gravidez indesejada. Objetiva ainda evidenciar que, enquanto o aborto sendo criminalizado retira direitos que são fundamentais para as mulheres, a “cultura do estupro” vitimiza, sujeita e captura os corpos femininos, deixando-os à mercê da violência, da violação e da possessividade dos homens, que praticam o ato não como uma forma de obter prazer sexual apenas, mas como uma demonstração de poder o que acaba se configurando como um reforço colaborativo na manutenção da ordem patriarcal.

Palavras-chave: Mulheres. Aborto. Estupro. Hierarquia de Gêneros. Mandato de masculinidade.

ABSTRACT

The purpose of this essay is to present how our society controls private life, more specifically the sexuality of men, but especially women, using various mechanisms, whether through religion, medicine or social and cultural rules. It also intends to explain how the idea was built culturally on the supposed male superiority, while the female is recognized as fragile, sane and submissive. It seeks to understand the historicity of women's struggle against the appropriation of their bodies and male domination, exercised over them. It aims to clarify how patriarchy and its rules influenced the construction of a "masculinity mandate" that dominates, abuses, exploits and submits women, but also oppresses men, so that they fit a certain pattern of "being a man". Demonstrate how much women have their autonomy neglected, making it impossible to make decisions about their own lives, their own bodies, emphasizing the criminalization of abortion as the high point of this appropriation. Also with regard to the struggle and resistance of women, the example of the group "Socorristas em Rede" will be revealed, which develops in Argentina a support work, information dissemination, guidance and monitoring of women who decide to have a safe abortion, being in a situation of unwanted pregnancy. It also intends to show that while abortion being criminalized removes rights that are fundamental for women, the "rape culture" victimizes, subjects and captures female bodies leaving them at the mercy of violence, rape and the possessiveness of men, who practice the act not just as a way of obtaining sexual pleasure, but as a demonstration of power, which ends up being a collaborative reinforcement in the maintenance of patriarchal social order. Finally, to demonstrate how the media collaborates in the reproduction of stereotypes that contribute to the inferiorization of women, as is the case of those who call themselves feminists.

Keywords: Women. Abortion. Rape. Gender hierarchy. Mandate of masculinity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 SEXUALIDADE HUMANA: CONTROLE SOBRE OS CORPOS MASCULINOS E FEMININOS	13
2.1 “REVOLUÇÃO SEXUAL”: MUDANÇAS NAS ATITUDES E COMPORTAMENTOS HUMANOS.....	21
2.2 FEMINISMOS NO BRASIL: DESMISTIFICANDO AS CHAMADAS ONDAS DO FEMINISMO	23
3 A CONSTRUÇÃO CULTURAL DO FEMININO/MASCULINO	30
3.1 DOMINAÇÃO X SUBMISSÃO: A PRODUÇÃO DE UMA HIERARQUIA DE GÊNEROS	34
3.2 A INSTITUIÇÃO HISTÓRICA, CULTURAL E SOCIAL DE UM “MANDATO DE MASCULINIDADE”	39
4 ABORTO E ESTUPRO: O PRIMEIRO FALTA DE AUTONOMIA, O SEGUNDO DEMONSTRAÇÃO DE PODER.....	42
4.1 A IMPORTÂNCIA DA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO.....	47
4.2 ABORTO SEGURO: UM EXEMPLO DE RESISTÊNCIA FEMINISTA ORGANIZADO E PROTAGONIZADO PELAS “SOCORRISTAS EM REDE” NA ARGENTINA	54
4.3 MARIAS, ANAS E MARIANAS... ESTUPRO: “MAS É SÓ DENUNCIAR”! SERÁ? O POLÊMICO CASO DE MARIANA FERRER EM FLORIANÓPOLIS.....	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS	70
ANEXOS	74
ANEXO I	74
ANEXO II.....	75
ANEXO III	76

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa se construiu objetivando a compreensão das diferenças na educação, instrução e tratamento dispensado às mulheres e aos homens na sociedade que vivemos, como a cultura e o patriarcado construíram uma pretensa superioridade masculina em detrimento ao feminino, contribuindo para sua inferiorização, produzindo e fortalecendo a dominação do masculino sobre o feminino. O trabalho desenvolveu-se através de pesquisa bibliográfica, e ainda utilizou-se de História Oral, com realização de entrevista.

A pesquisa buscou respostas que possibilitassem compreender como se constituem, como vão ganhando espaço e se cristalizando as “normatizações” a respeito da vida, das ações, da sexualidade, das relações e dos papéis de gênero é necessário, inicialmente, acessar a criação dos regramentos sociais, suas finalidades e os poderes subjacentes à essas regras. Dentro deste estudo serão elencados diversos pontos, considerados pertinentes, para que se reflita e perceba, em que bases as relações feminino/masculino foram construídas e são disseminadas, reforçando, legitimando e buscando a manutenção do poder do patriarcado arraigado em nossa sociedade.

Entender as relações entre masculino e feminino é fundamental para compreender a dinâmica da sociedade, em que se fundam, quais são os tripés de apoio que a sustentam e garantem a manutenção do controle da vida e dos corpos dos indivíduos, principalmente das mulheres. Para tanto, num primeiro momento faz-se necessário compreender quais são as forças e os discursos destas forças, que foram criados e se solidificaram para essa finalidade.

A organização da vida em sociedade foi sendo forjada com uma série de regras criadas por homens, pois eles detêm o poder atuante, e para homens, pois visam garantir sua descendência e a manutenção do seu poder. Uma das forças utilizadas com esse intuito foi a religião, a Igreja com seu domínio predominantemente masculino, determinou qual era o lugar da mulher na sociedade, associando-a à virgem Maria, uma figura benevolente, cordata, pura e submissa, sem qualquer destaque, associada, como veremos Mary Del Priore (2017) expor, à um receptáculo procriador, sem protagonismo, mas com uma imensa carga de responsabilidades na casa, na família e na educação dos filhos.

Veremos que a medicina substituiu a igreja na condução da organização da vida das pessoas de modo mais próximo e direto, influenciando o comportamento, determinando o certo e o errado a ser seguido por todos, para que fosse possível o desenvolvimento de uma prole saudável. Com esse discurso, o médico passa a atuar na vida íntima, na sexualidade das pessoas,

estabelecendo regras e normas; a falta de conhecimento do corpo feminino faz com que muitos médicos estipulem hipóteses, sem fundamentação alguma, que colaborarão para reforçar a dominação. A histeria nos serve como um bom exemplo de diagnóstico baseado em suposições e carregado de preconceito.

Juntas, Igreja e medicina, atuaram na estrutura física, na manutenção da ordem moral, social e sanitária. É nos resquícios desse meio social que as mulheres iniciam um processo longo, difícil e persistente de engajamento e luta, em busca do reconhecimento dos seus direitos enquanto seres humanos, lutando por uma igualdade que ainda agora, em pleno 2021, está muito longe de ser alcançada, como veremos no decorrer dos capítulos.

Será esclarecido como ocorre o movimento de mudanças denominado “revolução sexual”, possibilitando que uma geração apenas, conseguisse modificar tradições e comportamentos. Evidenciar-se-á os contrapontos dessa nova situação demonstrando que se, por um lado, as mulheres conseguiram alguma autonomia em relação ao controle de natalidade, usando a pílula anticoncepcional, também fez com que os homens exorbitassem da liberdade em “usar e abusar” dos corpos femininos, determinando que se tornasse obrigação e responsabilidade das mulheres a ingestão do medicamento.

É importante enfatizar que será evidenciado e criticado o modo com que a historiografia classifica o desenvolvimento do feminismo, tanto no Brasil, quanto no mundo, quando se refere a ele dividindo-o em “ondas”. A crítica se sustenta no fato de que, ao fazer essa referência, muitas vezes, dá-se a entender que as mulheres têm rompantes de dedicação, de luta e de produção escrita, seguidos de apatia, o que na realidade não se configura, pois trata-se de um processo contínuo, no qual a produção e o desenvolvimento de ações nunca foi interrompido, apenas teve momentos de maior destaque, quando as reivindicações são referentes a assuntos polêmicos, como o aborto por exemplo.

Para se construir uma linha de raciocínio que seja capaz de elucidar o porquê as mulheres foram condicionadas a lutar por igualdade de condições, explicar-se-á como se constroem as identidades e os papéis de gênero na sociedade ocidental, mas também serão elencados exemplos de outros grupos humanos, pertencentes à outras culturas, para aclarar que a formação do que Pierre Bourdieu (2012) denominou *habitus*, refere-se aos condicionamentos sociais do meio em que se nasce. Esse entendimento se dará a partir do conhecimento da construção do masculino/feminino, pois é com as construções identitárias que surge a disseminação da pretensa superioridade masculina.

Como o patriarcado domina a sociedade de modo desigual, enaltecendo e reforçando as diferenças, mostrar-se-á que a formação do “mandato de masculinidade”, conceito cunhado

pela antropóloga Rita Segato (2018), estrutura a sociedade, oprimindo, dominando e submetendo as mulheres, mas também obriga os homens a se enquadrarem em um modo de vida determinado que os faz correr riscos, buscar atitudes violentas, dominar as mulheres, se auto afirmarem enquanto dominantes e defensores da própria honra, o que pode, inclusive, levá-los à morte.

Dentro desta concepção de dominação e subordinação, serão elencados e discutidos dois temas fundamentais para que se identifique e reconheça o quanto a sociedade ocidental é machista e misógina. Falar sobre aborto e estupro é adentrar no cerne da questão da apropriação da corporalidade feminina. Se por um lado o aborto é o reflexo da falta de autonomia das mulheres em relação ao próprio corpo, o estupro, por outro lado trata-se da evidência da objetificação deste corpo, seja para o prazer sexual, seja para afirmar superioridade, seja para a demonstração de poder masculino.

Será evidenciado que, em relação ao aborto, quando se trata de luta e resistência, as mulheres encaram os desafios e encontram meios de organização que suprem, muitas vezes o papel do Estado na vida das menos favorecidas; é o caso das “Socorristas em Rede” um grupo de mulheres argentinas que, organizadas, apoiam, orientam e acompanham mulheres que desejam abortar de modo seguro, desde 2014, mesmo sendo ilegal o aborto no país, o que finalmente mudou em 30 de dezembro de 2020, quando o Senado argentino aprovou a legalização da prática do aborto no país. Para que se tenha claro o trabalho desenvolvido pela Socorristas, será anexada uma entrevista realizada no ano de 2019, com uma integrante do grupo de Socorristas, entrevista esta produzida pela autora deste trabalho, no período em que realizou Intercâmbio, na UNAM (Universidad Nacional de Misiones) na Argentina. Este Intercâmbio se realiza em uma Parceria entre a UFFS (Universidade da Fronteira Sul) e a UNAM Argentina, dentro do Projeto Abdias Nascimento, financiado pelo CAPES. No capítulo número quatro se analisa trechos da entrevista, e a mesma na íntegra consta no Anexo III Durante o período de duração do Intercâmbio, buscou-se contato com as Socorristas, através do telefone que o Grupo anuncia em diversos lugares, seja nas ruas ou na própria UNAM, se utilizando de cartazes escritos “Info Aborto” seguido pelo número do telefone do Grupo. Num destes contatos, a discente do Intercâmbio foi convidada a participar de uma Marcha pelos direitos das minorias, que ocorreu na cidade de Posadas, neste dia agendou-se a entrevista para o dia 23 de novembro de 2019, preferiu-se a casa alugada pela entrevistadora, situada na Av. Corrientes, nº2363, por ser um espaço que se pudesse conversar de modo tranquilo e reservado. A Entrevista teve duração de 30 minutos, utilizou-se um roteiro semi-estruturado, pois

objetivava-se esclarecer sobre o funcionamento e a organização do grupo, bem como buscava-se o esclarecimento sobre atuação e a legalidade do trabalho realizado.

Quanto à apropriação do corpo sem consentimento, será relatado o caso de Mariana Ferrer, ocorrido em Florianópolis-SC, que evidenciará o atraso e toda dominação cultural, social e jurídica que é exercida pela sociedade brasileira sobre a mulher.

2 SEXUALIDADE HUMANA: CONTROLE SOBRE OS CORPOS MASCULINOS E FEMININOS

“A natureza nada criou em vão e nos deu esses nobres órgãos para que deles façamos uso. Não para que os deixemos ociosos”.
(Boccaccio)

O período que abrange do século XVI até a metade do século XX, pode ser caracterizado como sendo de grande rigidez e normatização moral, nesse sentido, principalmente a sexualidade tinha suas práticas estritamente definidas, fazendo com que a sociedade se conformasse com uma tradição herdada e que conduzia a sexualidade às estruturas da família patriarcal, cujo objetivo era sobreviver economicamente e possibilitar a expansão de grupos e etnias. Como pode ser identificado na “Enciclopédia da Vida Sexual da Fisiologia à Psicologia” (1993) essas tradições foram enaltecidas e reforçadas pelas religiões, tornando-se ao mesmo tempo ferramentas para estabelecimento da ordem e manutenção do poder; nos serve como exemplo a unanimidade na criação de leis como: a proibição do incesto, o incentivo a exogamia¹ e a instituição do tabu da virgindade para as mulheres, esta última tida como exemplo de pureza, fazendo referência a Virgem Maria, mãe de Jesus Cristo. A virgindade torna-se um valor supremo para as mulheres, principalmente para as moças, seu sexo deve ser protegido, o pudor é exigido, como explica Michelle Perrot², sendo “filhas de Maria” (2017, p. 64), estão sujeitas à pureza; a virgindade no casamento é seu bem mais precioso, devem as mulheres se defender da sedução e do estupro, seus corpos passam a correr constante perigo, utilizando desse pretexto, o espaço das mulheres torna-se cada vez mais restrito à casa, quando precisam sair, geralmente para ir à Igreja, são acompanhadas e vigiadas, pois trata-se da honra da família e que deve ser mantida intacta.

Como consta na “Enciclopédia da Vida Sexual da Fisiologia à psicologia” (1993) para as religiões, a figura do feminino sempre foi associada a algo negativo, ruim. Mesmo mantendo a virgindade, para a religião judaica, a mulher era considerada impura por causa da menstruação e do parto, tendo a necessidade de praticar rituais de purificação. Essa noção de impureza é adotada pelo cristianismo que a imaterializa, ultrapassando os limites do corpo: a mulher já não é impura porque menstrua ou tem filhos, torna-se muito mais grave ao ponto de, com a lenda

¹ Proibição do casamento com um parente geneticamente próximo.

² Michelle Perrot é uma historiadora e professora emérita da Universidade Paris VII, universidade para qual mudou nos anos 70 sob o impacto de 1968, após ter lecionado na Sorbonne, França.

de Adão e Eva, responsabilizá-la pelo pecado original, enfatizando que a mulher traz em sua carne e em seu ser inteiro a mancha deste pecado, classificando o corpo feminino como a “carne do pecado”, como uma “porta do diabo”, associando a erotização feminina a algo demoníaco.

A Igreja Católica com as visitas do Santo Ofício, que no Brasil Colônia não chegou a instituir o Tribunal do Santo Ofício, como na Metrópole, ainda assim pode ser citado como um instrumento utilizado para se acerrar de que o comportamento moral tido como “correto” pelo Catolicismo, fosse de fato respeitado por todos os fiéis, pois seu objetivo era “ensinar a fé católica doutrina fora de todas as heresias, e conservar os bons costumes, emendar os maus, incitar o povo com admoestações à religião, paz e inocência [...]” (VAINFAS, 1989, p. 286). O medo e a pressão psicológica, religiosa, cultural e social que a “visita” do bispo, possuidor do poder de representação do Santo Ofício, exercia nas pessoas, de certo modo fazia com que elas se sentissem acuadas, pressionadas, durante o chamado “período da graça”³, tanto à confessar seus próprios pecados, para que pudessem receber o perdão e aliviassem suas culpas, quanto a denunciar vizinhos, amigos e conhecidos que suspeitassem que estivessem cometendo algum pecado ou uma heresia. Essa pressão era tamanha e causava tanto medo e tanta culpa, que muitas vezes um casal se sentia obrigado a confessar que haviam realizado práticas sexuais que não estavam dentro dos “padrões morais” mesmo que isso pudesse tranquilamente ser mantido entre os cônjuges, como nos mostra o relato:

Misto de pavor e sentimento de culpa foram as confissões de Ana Seixas e seu marido, Manoel Franco, “trabalhador de enxada e foice” na capitania de Itamaracá. Ana deve ter chegado trêmula à presença de Heitor Furtado⁴ para confessar, desconcertada, que durante seus 14 anos de casamento sempre mantivera “cópias naturais” com o marido, das quais resultaram inclusive três filhos. Os únicos deslizos, admitiu a pobre moça, teriam ocorrido no tempo que eram recém-casados, quando Manoel por duas vezes a penetrara em local proibido, no que consentira Ana “para fazer a vontade de seu marido”. Contudo - fez questão de frisar -, Manoel jamais derramara seu sêmen em seu “vaso posterior”, “cumprindo sempre em seu vaso natural” [...]. (VAINFAS, 1989, p. 294)

Com este relato percebe-se como ocorria o controle mental e moral, que fazia com que as pessoas se sentissem culpadas, e com isso anulassem seus instintos e desejos, dominando os próprios corpos a seguir os preceitos recomendados pela religião. O que pode ser confirmado com o “conselho” descrito na cartilha “Como Viver a Sexualidade” (1977): “Seja casto! Castidade não é abstenção dos atos genitais. Isto chama-se continência. Continência pode ser

³ Prazo que podia variar de 15 a 30 dias destinado às denúncias e confissões.

⁴ Exercera as funções de capelão fidalgo do rei e era deputado do Santo Ofício, nomeado inquisidor-geral para as visitas, a partir de 1591, quando de sua chegada ao Brasil Colônia.

resultado tanto da fuga de sexo como do respeito ao corpo. Fuga do sexo é impureza mental. Castidade é a prática e vivência virtuosa da sexualidade”. Além da superexposição da vida íntima das pessoas, as visitas do Santo Ofício geravam a sensação de insegurança, disseminava desavenças na comunidade e faziam aflorar, segundo Vainfas (1989), os preconceitos que caracterizavam as moralidades instituídas no local. Esses preconceitos eram dirigidos principalmente contra as mulheres solteiras e negras, contra os que depreciavam o casamento, contra os que exaltavam a luxúria, e sobretudo os sodomitas, o que nos mostra a ligação direta entre a instituição das normas a serem seguidas e a preocupação com a sexualidade das pessoas. Essa preocupação da Igreja Católica com a vida íntima dos fiéis permaneceu ativa, mesmo com o fim da Inquisição, a confissão perdurou e difundiu seus efeitos como uma das técnicas mais eficientes para a produção da verdade, sendo adotada na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, enfim como confirma Foucault: “o homem, no Ocidente, tornou-se um animal confidente”. (2017, p. 59)

No que tange às mulheres, sua sexualidade era considerada um mistério, causava temor, por ser desconhecida e ignorada. Perrot (2017) afirma que, sua representação oscila entre dois polos opostos: de um lado a avidez, o desejo incontrolável (histeria) de outro a frigidez, total ausência de libido. A mulher que “sofre” de avidez, torna-se um perigo para o homem, pois seu sexo é considerado “um poço sem fundo, onde o homem se esgota, perde suas forças e sua vida beira a impotência” (p.65). Essa justificativa é ainda atualmente tão difundida, que tanto atletas quanto soldados, para que tenham posse total de força e energia, devem afastar-se das mulheres, é o que ocorre por exemplo, nas concentrações dos times de futebol antes dos jogos. Quanto a frigidez, é a ideia de que, como as mulheres não sentem prazer com sexo, elas não desejam o ato sexual, que se torna enfadonho e cansativo. Essa ideia também muito difundida, ao que Perrot (2017) citando Balzac expõe, que muitas mulheres se esquivam do ato sexual alegando dores de cabeça, o que na verdade era instrução de seus confessores para que se eximissem do “dever conjugal”, o que explicita a influência direta exercida pela Igreja, na vida sexual das pessoas, moralizando comportamentos e fazendo com que a mulher simplesmente não tenha o direito de ter desejo ou prazer sexual, sua única função reconhecida seria a maternidade, tida como algo divino.

Assim como a religião pregava que sua única função era a maternidade, também a medicina, ainda sob influência da Igreja, e com seus precários conhecimentos a respeito do corpo feminino, desde o século XVI, enfatizava que o papel da mulher era somente para a procriação, como nos revela Mary Del Priore, “No entender de muitos médicos da época, a

mulher não passava de um mecanismo criado por Deus exclusivamente para servir à reprodução” (DEL PRIORE, 2011, p. 82-83).

Percebe-se, portanto, que religião e medicina compactuavam e disseminavam concepções misóginas e desconfiadas em relação ao corpo da mulher, a fim de determinar a que preceitos a natureza feminina deveria obedecer, “os médicos reforçavam tão somente a ideia de que o estatuto biológico da mulher (parir e procriar) estaria ligado a um outro, moral e metafísico: ser mãe, frágil e submissa, ter bons sentimentos etc.” (DEL PRIORE, 2011, p. 83), enfim a mulher era vista como um ser meramente coadjuvante na sociedade. Outro ponto fundamental que Del Priore (2011) destaca é a crença geral de que qualquer doença, ou mesmo as alterações que a menstruação gerava no corpo da mulher, tinham conexão íntima com a presença do demônio, que podia tomar o corpo da mulher de acordo com sua vontade, associando cada necessidade de tratamento à uma possessão da mulher pelo diabo.

A questão do regramento da sexualidade e quem detinha esse poder é esclarecida por Michel Foucault (1999), quando revela que “até o final do século XVIII, três grandes códigos explícitos regiam as práticas sexuais: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil”. Segundo Foucault, eram eles que definiam o que poderia ou não ser praticado, o que era correto ou não, fazendo com que a relação sexual, que deveria ser exclusividade do casamento, fosse sobrecarregada de recomendações, pois “romper as leis do casamento ou procurar prazeres estranhos mereciam de qualquer modo, condenação” (FOUCAULT, 1999, p. 38). Enquadravam-se na lista e eram considerados “pecados graves”: o estupro, quando ocorrido fora do casamento, o adultério, o rapto, o incesto espiritual ou carnal e a sodomia. Já a homossexualidade, a infidelidade, o casamento sem consentimento dos pais, eram considerados crimes. É partir do século XIX, segundo Foucault (1999), que tanto a Igreja quanto a justiça cedem para a medicina o poder de definição do “normal” e do “anormal”, pois é nesse momento que

a medicina penetrou com grande aparato nos prazeres do casal: inventou toda uma patologia orgânica, funcional ou mental, originada nas práticas sexuais “incompletas”; classificou com desvelo todas as formas de prazeres anexos; integrou-os ao “desenvolvimento” e às “perturbações” do instinto; empreendeu a gestão de todos eles. (FOUCAULT, 1999, p. 41)

As normas e regramentos da sexualidade determinados pela medicina, são perceptíveis, no Brasil, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, que com a instituição da República, segundo Maria Bernardete Ramos Flores (2007), se buscava “o saneamento geral brasileiro”, o objetivo do Estado e do médico, era corrigir condutas, mudar

comportamentos, superar antigos vícios, enfim, reformar a cultura brasileira, definindo as práticas que levariam à uma higiene sexual, bem como as funções que homens e mulheres deveriam seguir, para que fosse possível a constituição de uma população o mais próximo possível da perfeição. Para tanto, a literatura médica disseminava informações sobre os conhecimentos produzidos, quanto a morfologia e a fisiologia sexuais, através de manuais de orientação, pois era papel do médico esclarecer e prevenir as pessoas para que não cometessem práticas desviantes ou “anormais”. Ainda segundo Flores (2007), os manuais brasileiros eram escritos, não só por “autoridades da medicina”, médicos legistas, eugenistas ou sexólogos, mas também por antropólogos, ensaístas, educadores e pensadores, todos eles fazendo apologia à higiene e saúde sexual, para a reprodução de uma prole “sadia e perfeita”, dentre as recomendações contidas nestes manuais, a autora cita as prescritas pelo Dr. José de Albuquerque, que pregavam para os homens:

[...] a não continência masculina do sexo. Sua prática regular, segundo o médico, é benéfica, pois promove a eliminação do esperma, evitando uma série de danos ao organismo,[...] algumas regras deveriam ser seguidas: evitar a masturbação, [...] o homem adulto deveria ter relações sexuais duas vezes por semana, com intervalo de três a quatro dias; o horário mais conveniente seria ao se deitar para dormir; não deveria ter relações apressadamente; não deveria ter relações sexuais após as refeições; deveria urinar antes; evitar bebidas alcoólicas antes, praticar somente o coito vaginal, na posição horizontal, estando a mulher por baixo; não deveria praticar o *coitus interruptus*,[...]; não usar *condoms*. Camisa de Vênus, que não permitiria o atrito da mucosa peniana; ao praticar coito com prostituta ou mercenária, não deveria beijá-la na boca [...]; deveria evitar os horários de maior movimento nos meretrícios [...]; após o coito, deveria entregar-se ao sono se fosse em casa com a esposa; se fosse com a prostituta, deveria submeter os órgãos genitais a uma rigorosa profilaxia⁵ com banho de fenol, permanganato de potássio ou formol. (FLORES, 2007, p. 251)

Quando se trata das mulheres, Flores (2007) afirma que, as orientações giravam em torno da menstruação, da gravidez, aleitamento materno, enfim sobre a maternidade que seria o único papel da mulher. No que tange a sexualidade feminina o Dr. Albuquerque define que a mulher não tem necessidades e pode sim viver na mais absoluta abstinência, sem ser necessária uma periodicidade determinada. Mesmo que ele acredite que a relação sexual faz bem para a mulher porque seu organismo absorve o líquido espermático, o médico ainda orientava as mulheres a não usarem soluções que neutralizassem a acidez vaginal, pois poderia matar os espermatozoides. A autora enfatiza que a mulher deveria preservar a sua atividade sexual restringindo-a ao que se acreditava ser a sua “função primordial”: a procriação, sendo esperado

⁵ Procedimentos de higiene para prevenir e evitar doenças.

que sempre fosse, na relação sexual, um sujeito passivo, e esta fosse praticada somente com o marido.

Com essas descrições a respeito de como era tratada a sexualidade é possível perceber o quanto a vida sexual do homem era incentivada e da mulher totalmente reprimida, colaborando intensamente para a reprodução de um comportamento machista, como conclui o Dr. Aurélio Bolsanelo: “No Brasil o adultério masculino é quase um hábito mental que decorre certamente do modo tradicional de considerar a mulher apenas como boa dona-de-casa dedicada ao lar e aos filhos e que, em troca desses serviços deve ser mantida pelo marido” (BOLSANELO, 1993, p. 78). Esse estereótipo construído para a mulher casada colabora para dessexualizá-la e legitima a pretensa necessidade masculina de buscar alívio do prazer sexual fora do lar, com “amantes, prostitutas, mulheres sedutoras das casas de má fama, em plena expansão no século XIX, são encarregadas de remediar essa ‘miséria sexual’” (PERROT, 2017, p. 65).

Outro ponto fundamental que deve ser analisado quando se trata de comportamento sexual, são as questões que, segundo Flores (2007), “foram objeto de estudo, intervenção e controle, sob o poder do médico sexólogo” dos quais são exemplos: os estéreis, as prostitutas, os invertidos, os masturbadores e os tarados, classificados como degenerados. Os que porventura apresentassem algum tipo de deformação ou malformação sexual, o hermafroditismo, os que possuísem alguma doença grave que pudesse ser passada para os filhos, eram impedidos de casar-se, pois a finalidade do casamento era a procriação. A medicina entendia ser necessária uma reforma sexual, e enquadrava qualquer prática sexual fora do “coito normal” como “taras”. É citada por Flores (2007), a avaliação do Dr. Hernani de Irajá sobre os masturbadores:

Alguns traem-se logo: são geralmente pálidos e tímidos, esquivos e medrosos. seus olhos banham-se em grandes olheiras e deixam transparecer através de seu brilho um abatimento fundo [...] e o olhar torna-se uma fixidez notória [...] Fisicamente são moles e faltos de resistência; moralmente destituídos de coragem e energia, tornam-se extremamente egoístas. (FLORES, 2007, p. 253).

Este médico tem, segundo Flores (2007), registrada uma imensa lista dos possíveis “males”, tanto físicos quanto psicológicos, que a prática acarreta, são todos explicados minuciosamente, tudo baseado em observações realizadas em pacientes que praticavam a masturbação. Os corpos eram examinados, desenhados, fotografados e tinham exposto e analisado suas alterações sexuais, que eram classificadas como “vícios” onde nesse caso o homem, afirmava Irajá, apresentava o pênis “em geral avermelhado e em forma de clava ou

massa, principalmente originada pelo tamanho da glândula, que é congestionada, e pelo relaxamento do tecido”. Já quando se refere às mulheres, Dr. Irajá afirma que a prática se identifica, pois, apresentam

deformações que afeiam os órgãos genitais externos, e o caráter da pessoa modifica-se, bem como sua inteligência e vivacidade. Os grandes lábios, assim como as ninfas tornam-se pendentes, descorados e pálidos, o clitóris desenvolve-se, às vezes, a ponto de simular um pequeno pênis. As mocinhas anemiam-se, o rosto tem um aspecto desbotado e lânguido. Grandes olheiras arroxeadas emolduram os olhos tristes dessas vítimas do amor sacrificado. (FLORES, 2007, p. 254)

Para a medicina, a sexologia aparece enquadrada em um ramo da Psiquiatria, Flores (2007) cita o psiquiatra alemão Dr. Krafft-Ebing como criador do conceito de “inversão sexual”, que na sua concepção não era apenas um vício adquirido, mas defendia a homossexualidade como uma anomalia, a revelação de um estado de psicose ou psicopatia, enfim um doente que precisava de tratamento médico. Essa preocupação em classificar e enquadrar comportamentos dentro do “normal” e do “anormal” segundo Flores (2007), está ligada às estratégias implantadas pelos médicos eugenistas para a purificação da raça.

A autora também nos esclarece que os sexólogos brasileiros citavam o psiquiatra alemão frequentemente, pois este havia sistematizado os sintomas do que ele denominou “perversidades sexuais” (Frigidez, ninfomania, onanismo⁶, exibicionismo, fetichismo, sadismo, necrofilia, bestialidade, inversões sexuais - uranismo⁷, safismo⁸, topoinversão sexual, cronoinversão sexual), classificando-as da seguinte forma: paraesthesia (perversão dos instintos sexuais); hyperaesthesia (exagero do desejo sexual); anaesthesia (ausência do desejo sexual) e paradoxia (desejo por tempo errado - velhice ou infância). Associam-se, portanto, as “patologias sexuais” a distúrbios psicológicos ou emocionais. Nesse contexto era considerado, para os homens, mas especialmente no caso das mulheres, como doente até mesmo um corpo erotizado. A mulher “normal”, dessexualizada, era valorizada somente enquanto ser reprodutivo limitado a maternidade, o que reafirma uma concepção de ódio a sexualidade, intimamente ligada a uma misoginia de fundo patriarcal. Segundo o Dr. Irajá, considerava-se erótico, e este como doença, tudo o que pudesse produzir sensualidade fora do “coito normal”.

Em todas as sociedades, segundo Flores (2007), ocorre de alguma forma a normalização quanto ao uso do corpo para a reprodução, mas destaca que não deve ser reduzido

⁶ Masturbação.

⁷ Homossexualidade masculina.

⁸ Homossexualidade feminina.

a uma função fisiológica, mas que sempre envolvem questões que ultrapassam o indivíduo no campo social, político e cultural. Enfatiza que no decorrer dos tempos a sexualidade tem sido usada como um meio para distinguir homens e mulheres e acomodá-los numa “hierarquia de gêneros” sendo uma busca da identificação individual, da identidade feminina ou masculina. Essa busca se dá enquadrando a sexualidade como um comportamento corporal que necessita de um controle disciplinário, individual, vigiado permanentemente, o que ocorre por exemplo com a masturbação, objeto de vigilância da família, da escola e da Igreja, mas, para Flores (2007), essa disciplina busca também adequar a sexualidade enquanto processo biológico que refletirá na constituição da população do ponto de vista do que Michel Foucault (2017) nomeou do poder “bio-político”, onde a sexualidade aparece no entrelaçamento do corpo com a nação que se quer conceber.

É durante a metade do século XIX até a metade do século XX que, segundo Flores (2007), o médico detém todo o poder de atuação sobre o organismo humano, definindo que uma sexualidade desregrada ou indisciplinada acarretaria problemas para a “perfectibilidade da raça”, uma vez que um corpo desregrado além de ser suscetível a doenças também poderá gerar uma prole perturbada, degenerada, arriscando o futuro e a identidade da nação, e é a essa definição que a autora busca em Foucault com o conceito de “racismo de estado”. Explicando que o lugar político da Medicina Legal é no corpo do indivíduo dentro da própria nação, tendo agora o objetivo de combater e eliminar a sub-raça que está à margem da cidadania. Flores nos mostra que para um governo já não é suficiente o controle, a vigilância e a punição sobre o indivíduo buscando “domesticá-lo”, agora busca também o exercício do controle da própria vida, desde a concepção garantindo a geração da prole sadia.

Neste período também é perceptível que o papel da mulher, enquanto sujeito social passivo, simples companheira do homem e reprodutora da espécie, começa a sofrer um processo gradual de mudanças, com o surgimento das primeiras manifestações feministas. Portanto, é possível afirmar que embora tenham ocorrido diversas modificações em relação à constituição da mulher enquanto sujeito social, principalmente depois da pílula anticoncepcional e sua popularização, ofertando possibilidades para que a mulher exercesse algum poder sobre o próprio corpo, poder esse relativamente próximo do homem, mesmo assim se percebe que não resultaram numa completa emancipação econômica e social da mulher, pois ainda perduram enormes desigualdades entre os gêneros. Analisando essas contradições fica claro que será necessário um longo período para que homens e mulheres entendam, compreendam e se relacionem de modo menos conflituoso quanto a suas igualdades e diferenças e que somente assim possam exercer plenamente sua sexualidade.

2.1 “REVOLUÇÃO SEXUAL”: MUDANÇAS NAS ATITUDES E COMPORTAMENTOS HUMANOS

Em torno da metade do século XX, com mais força inicia-se um sistema de desintegração da imagem coletiva criada para a mulher até então, sendo substituída por uma multiplicidade de identidades, que tem origem na Revolução Industrial, já que agora ela é mãe, trabalhadora, esposa, emancipada, o que mostra uma alteração nas relações entre os sexos, que até então, tinham papéis definidos, caracterizando um rompimento, uma “descristianização” da sociedade que pode ser denominada Revolução Sexual.

De Revolução Sexual se nomeia o movimento ocorrido na Europa, em defesa da liberação sexual, da prática do sexo sem normatização e sem repressão, mobilizado pelo movimento feminista, pelas comunidades homossexuais e principalmente pela juventude francesa nas décadas de 1950 e 1960. São postas em disputa ideias há muito arraigadas na sociedade, como por exemplo, a preservação da virgindade da mulher, contrapondo-se a disseminação da pílula anticoncepcional, a qual atribui pela primeira vez a possibilidade de a mulher adquirir algum poder de decisão, alguma autonomia sobre o próprio corpo, tanto na questão da virgindade quanto na questão de ter ou não filhos e ainda de decidir quantos teria. É como nos revela Anthony Giddens (1997), sobre os métodos de contracepção, que a seu ver são muito mais do que um controle de natalidade, representam uma conquista que

[...] marcou uma profunda transição na vida pessoal. Para as mulheres – e, em certo sentido, diferente, também para os homens - a sexualidade tornou-se maleável, sujeita a ser assumida de diversas maneiras, e uma ‘propriedade’ potencial do indivíduo. (GIDDENS, 1997, p. 37).

A Revolução Sexual nos revela que toda a tradição de séculos se revelou vulnerável, sendo que uma única geração foi capaz de questionar e romper com as noções de família, casamento, autoridade patriarcal e os papéis que determinavam as funções femininas e masculinas. Mas é importante salientar que essa influência perdurou até a década de 1980, quando o entusiasmo pela liberação sexual foi novamente reprimido pela medicina, desta vez com a descoberta do vírus HIV, causador da AIDS. O medo da contaminação e o uso de ideias místicas e moralizantes a ela associadas, como sendo um castigo pelos atos sexuais praticados e reafirmados como anormais, reavivaram os preconceitos contra os homossexuais e os que foram enquadrados nos grupos de risco, disseminando novamente uma moral de medo e de

controle da sexualidade, onde se buscava agora não somente o “sexo normal”, mas também o “sexo seguro”.

Quanto as consequências da Revolução Sexual, para Foucault (1999), elas ocorreram de modo gradual, mas foram assimiladas lentamente nas sociedades industrializadas; ele ressalta que, principalmente nos países onde a industrialização se caracteriza como uma inovação recente, as mudanças foram dominadoras e influenciadas pelas rápidas transformações políticas e econômicas, o que contribuiu, segundo ele, para uma visão distorcida da Revolução Sexual, pois não leva em conta as efetivas transformações de valores e de concepções. Com o desenvolvimento da Revolução Sexual e sua “liberação das práticas”, seguida novamente por um discurso repressivo ocasionado pela disseminação da AIDS, verifica-se a correta análise de Foucault quando ele afirma que as mudanças na sociedade são convertidas sempre em novos mecanismos de repressão e de controle sobre o indivíduo.

A influência da Revolução Sexual no Brasil, ocorreu de modo contraditório; ocorrida ao mesmo tempo que o conservadorismo da Ditadura Militar estava em alta, as mudanças foram marcadas pela ideia consumista da emergência do capitalismo e pelo uso que a mídia fez delas que, se por um lado possibilitava a participação das mulheres na realização de programas de tv, bem como, discussões sobre a sexualidade feminina, por outro colaborou para a ampliação da exploração da imagem e da pornografia do corpo da mulher. O que fica claro é apenas um deslocamento da imagem da mulher como objeto: primeiro como objeto reprodutor, em seguida como objeto sexual, tornando o próprio corpo feminino mais visibilizado, transformando-o em mais um meio de manipulação e aprisionamento para as mulheres, como descreve Gellacic (2018):

Se, grande parte das mulheres da primeira metade do século XX, estava confinada às suas casas, a mulher do pós-anos 1960 é confinada em seu corpo, e esse, deve ser trabalhado e cuidado, incessantemente, para se adequar aos novos ditames. A liberação sexual e corporal contribuiu fortemente com tal tendência, transformando as liberdades conquistadas em um grande paradigma frente aos novos deveres que também se seguiram. (GELLACIC, 2018, p.151)

As mudanças afetam as mulheres radicalmente, uma dualidade se observa, pois ao mesmo tempo que as mulheres tornam-se “obrigadas” a buscar um corpo perfeito, magro, esbelto, atrativo, fisicamente desejável, se espera que ela, enquanto representante na sociedade, continue tendo o recato e todas as características historicamente construídas para definir o que é uma “mulher de respeito”, ou seja o mito constituído e classificatório da “bela, recatada e do

lar”, expressão carregada de preconceito e machismo que ainda hoje é reiteradamente utilizada, como um falso elogio. O pós-Revolução sexual com

Todas essas novas liberdades implicaram novos aprendizados sobre o corpo e sobre a sexualidade, principalmente às mulheres. Afinal, as mulheres consideradas *de respeito* não deveriam falar e agir abertamente em relação a sua própria sexualidade. Voltando à ideia de que a feminilidade é algo aprendido e performático de Judith Butler, mostrar-se ingênua e inocente frente a sexualidade era uma *performance* esperada de grande parte das mulheres. Isso significa que a feminilidade saudável das mulheres que queriam se tornar mães e esposas de família, não deveria expressar livremente a sexualidade. (GELLACIC, 2018, p. 165)

Pode-se enfim entender a corporalidade e a sexualidade feminina em suas dimensões culturais, históricas, morais, sociais e, com este entendimento, elucidar a objetificação dos corpos das mulheres de acordo com os usos sociais a elas requisitados, ora como reprodutora, ora como símbolo sexual, destacando que a finalidade seria suprir a demanda masculina, que cobra das mulheres a perfeição física para que despertem o desejo e a atração, para que sigam os padrões morais à elas impostos, em nome da honra e do respeito, que sejam mães devotas e amáveis e na atualidade que almejem o sucesso profissional, enfim quesitos impossíveis de se atingir, pois são humanas, não máquinas que podem ser pré-programadas.

2.2 FEMINISMOS NO BRASIL: DESMISTIFICANDO AS CHAMADAS ONDAS DO FEMINISMO

Para falar sobre as mudanças a que as mulheres foram submetidas ou que protagonizaram e reivindicaram ao longo do tempo, é fundamental falar sobre o feminismo, ou melhor, sobre os feminismos, porque sim, é impossível falar sobre o feminismo sem alertar sobre seus diversos vieses, sua pluralidade de pautas e reivindicações; então é mais adequado falar em feminismos.

Fazendo um resgate histórico dos primeiros movimentos registrados, identifica-se que a raiz do feminismo no Brasil, data, segundo Celi Pinto (2003), do ano de 1975, pois ela afirma que este pode ser considerado “o ano inaugural do feminismo no Brasil”. Considerado este, como um período repressivo na História brasileira, pois estava vigente a ditadura militar, mesmo assim surgiram os primeiros movimentos e discussões públicas sobre as temáticas femininas, de mulheres que assumiam o feminismo como conceito, movimento e bandeira de luta. Salienta-se que estes movimentos tiveram origem e respaldo a uma demanda externa,

quando a ONU⁹ instituiu o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher, o que reflete aqui no Brasil com uma série de eventos. Um exemplo desses eventos, citado por Porto (2009), foi o seminário patrocinado pela ONU e pela ABI¹⁰, o qual tinha por principal objetivo possibilitar debates públicos a respeito do “comportamento e o papel da mulher na sociedade brasileira” (PORTO, 2009). O que definitivamente representou uma chance de discussão acerca das demandas femininas, evento este, tão importante que “principiou o panorama para o início do movimento feminista brasileiro, ainda que intensamente caracterizado pela luta política contra a ditadura militar” (PORTO, 2009). Destaca-se que este evento, segundo Porto (2009), foi autorizado, mas “enquadrado” em algumas questões, como por exemplo: não poder contar o termo “feminismo”¹¹ em seu nome; não seriam permitidas críticas ao governo e não teve a participação apenas de mulheres, o que possibilita considerá-lo um evento misto, uma vez que, dentro daquele recorte histórico, um movimento apenas de mulheres seria inimaginável, o que se torna evidente quando Anette Goldberg (1987, p. 106) *Apud* Porto (2009) afirma que muitas mulheres não participaram do evento, justamente por medo da repressão.

Este primeiro movimento possibilitou resultados práticos como a criação da CMB¹² que, como afirma Sônia Malheiros Miguel (1988, p. 64) *apud* (PORTO, 2009, p. 57), foi a primeira Organização feminista do Rio de Janeiro, e dela se originaram outros grupos pelo país. É necessário destacar que, os recursos para a criação do centro foram oriundos da ONU. De acordo com Porto (2009), o apoio da ONU na promoção das discussões e o reconhecimento das demandas femininas enquanto questões sociais importantes, possibilitou a saída da clandestinidade dos grupos que já estavam organizados e debatendo tais reivindicações, garantindo agora o debate público.

Faz-se necessário esclarecer que quando trata-se de grupos feministas, não deve-se pensar em grupos homogêneos, mas sim heterogêneos, uma vez que é equivocado o tratamento dispensado às mulheres generalizando-as, quando o ideal é ter presente que são grupos distintos, buscando, reivindicando, debatendo assuntos, direitos, oportunidades e reconhecimento de igualdades distintas, e o fundamental é que, além das diferenças entre os grupos, estes são

⁹ Organização das Nações Unidas.

¹⁰ Associação Brasileira de Imprensa.

¹¹ Segundo Joana Maria Pedro (2006, p. 324), a palavra feminismo esteve durante muito tempo cercada de conotações “desqualificantes”. Observa que a palavra para as mulheres denota(va) uma associação a masculinidade e, para os homens, uma associação a feminilidade.

¹² Centro da Mulher Brasileira – entidade com o objetivo de criar um centro de documentação, promoção e divulgação sobre a condição da mulher, pesquisas sobre a mulher buscando recursos para tal; promoção e criação de grupos de reflexão sobre a condição da mulher; intercâmbios; promoção e solidariedade com todas as iniciativas do centro (GOLDBERG, 1987, p.107) *Apud* (PORTO, 2009, p. 57).

formados por seres individuais, sujeitos com necessidades, pensamentos, opiniões e situações de vida diversas.

Quanto à CMB, Porto (2009) salienta que, em princípio, as sócias fundadoras possuíam interesses comuns, mas com o tempo e o aprofundamento das discussões foram aparecendo pontos de vista diversificados, o que provocou divisões e o afastamento de algumas sócias. Essas divisões nas entranhas do movimento, segundo Porto (2009), evidenciaram o aparecimento de três frentes ideológicas, as quais são citadas pela autora: “um feminismo radical, um feminismo liberal e um marxismo ortodoxo”. (GOLDBERG, 1987, p. 110) Apud (PORTO, 2009, p. 58). Mesmo divergentes, estas frentes foram abrigadas pela CMB, durante seus cinco anos de atuação, mas o foco de resistência maior foi ao feminismo radical, pois este buscava discutir questões femininas mais polêmicas “consideradas ‘burguesas’ ou mesmo ‘moralmente inadequadas’, como sexualidade, corpo, aborto e contracepção”. (PORTO, 2009, p. 58). Estas questões eram defendidas, segundo Céli Pinto (2003), pelas mulheres que, tendo sido exiladas políticas, tomaram conhecimento sobre as discussões europeias e estadunidenses, as quais se encontravam mais adiantadas e onde já se visualizava e compreendia a condição da mulher num espaço mais amplo do “ser mãe e esposa” enaltecendo e priorizando as questões do corpo e da política, o que difere dos grupos que permaneceram no Brasil, pois estes estavam mais preocupados com a luta de classes e direcionavam os trabalhos às operárias, camponesas ou faveladas. Um tema comum que gerava consenso nos grupos era a violência contra mulher, principalmente a doméstica, um mal da sociedade que envolve diversos fatores, e que mesmo atualmente, em pleno século XXI atormenta muitas mulheres.

Quanto às questões que estavam em voga no exterior, de acordo com Goldberg (1987, apud PORTO, 2009), somente após o ano de 1979 é que passaram a fazer parte das pautas brasileiras, em debates públicos, pois ela nos esclarece que estes temas já eram foco de debates, principalmente entre grupos formados por exiladas, como exemplo da CMBP¹³, porém eram relegadas a discussões de âmbito privado. Vale atentar-se que estas questões consideradas polêmicas, ficavam em segundo plano, justificadas pelo “unir forças” do movimento feminista, das organizações de bairro, do movimento de mulheres¹⁴ e da Igreja Católica que, com seu

¹³ Círculo de Mulheres Brasileiras de Paris.

¹⁴ Segundo Céli Pinto (2003, p. 43-44) Apud (PORTO, 2009, p. 59), o movimento de mulheres é anterior à década de 70 e continuou a existir paralelamente ao feminismo. Não era totalmente dissociado do movimento feminista, mas possuía suas especificidades: não colocava em xeque a condição de opressão da mulher, como no caso do feminismo, mas intervinha no mundo público com organizações contra a carestia, os clubes de mães, movimento pela anistia, etc. Teve apoio da Igreja Católica e batalhou também por postos de saúde, escolas e creches. O movimento feminista, por sua vez, lutava pelas mudanças de papéis a elas atribuídos pela sociedade, reconhecendo as mulheres como sistematicamente oprimidas.

trabalho pastoral, inspirado na Teologia da Libertação¹⁵ estavam engajados principalmente na luta contra o regime autoritário, e neste sentido o apoio da Igreja Católica era representativo. Quanto às temáticas relegadas, só adentram o espaço público para discussão a partir dos anos 1980.

Cabe salientar outra modificação importante que estava ocorrendo no período, e que acabou contribuindo para a “libertação” das mulheres: são as transformações dentro das organizações familiares, que podem ser constatadas quando “o desfazimento da imagem autoritária do pai teve início a partir dos anos 1970 e 1980” (DEL PIORE, 2014, p. 93), o que refletiu diretamente nas famílias, resultando em uma nova proporção ao casamento e muitas mulheres assumindo a responsabilidade pelas famílias, que deixaram de ser nucleares. Outro fator relevante, é o uso de contraceptivos cada vez mais eficientes que, somados a uma certa segurança profissional, possibilitaram às mulheres uma reestruturação de suas vidas dentro e fora de casa, passando a enfrentar o fim da narrativa que as intitulava “rainha do lar”. Trata-se de um momento em que “as relações verticais passam a ser questionadas. Rompia-se, muito lentamente, o ciclo de dependência e subordinação ao marido” (DEL PRIORE, 2014, p. 79).

Em meio à todas as mudanças nas relações entre homens e mulheres, as dificuldades começam a vir à tona: a dupla e muitas vezes tripla jornada de trabalho destas mulheres, que agora se identificam enquanto esposas, donas de casa, mães e funcionárias, acaba por gerar conflitos, pois a ala masculina reluta, ou mesmo se opõe em colaborar, dividir as tarefas domésticas ou das “funções de mãe”, que tratam da educação dos filhos, sobrecarregando, explorando e submetendo as mulheres à situações insustentáveis. Algo que pode ser visto como uma possível “solução” para os conflitos, apresenta-se com a aprovação da Lei do Divórcio, que segundo Del Priore (2014), ocorre em 1977, momento no qual afirma que estava descoberta a incompatibilidade de gênios.

Os anos 1980 são marcados pela transição no comportamento das mulheres, assim como apresenta Del Piores (2014), a brasileira dos anos 80 não se encaixava, nem como “Amélia”¹⁶, nem como ativista; era ainda conservadora e tímida, mas já vislumbrava um futuro independente, mesmo que não para si, mas para suas filhas, o que deixa claro uma mudança de pensamento e uma tentativa de rompimento com os costumes tradicionais. Essa mudança ocorre

¹⁵ Movimento apartidário que engloba várias correntes de pensamento interpretando os ensinamentos de Jesus Cristo como libertadores de injustas condições sociais, políticas e econômicas. (Disponível em: <https://www.infoescola.com>. 14 de dezembro de 2020).

¹⁶ Classificação utilizada no senso comum para classificar a mulher dedicada ao papel de mãe, esposa e dona de casa, caracterizada como “mulher de verdade”.

em meio a uma educação ainda antiquada e os movimentos feministas, que muitas desconheciam. Movimentos estes, que estavam ganhando visibilidade e começavam a discutir questões “sobre o aborto, a sexualidade, que coloca o corpo como tema da política” (BARSTED, 1993 Apud PORTO, 2009, p. 60), este seria o momento nomeado por Pedro (2016) como a “segunda onda” do feminismo brasileiro. Vale observar que, quando se trata do movimento feminista, é necessário tomar cuidado e não interpretar erroneamente, quando o tratamos ou classificamos em “ondas” pois assim pode-se sugerir que são apenas momentos isolados de ação, quando na verdade as mulheres não param de produzir, reivindicar e lutar por suas demandas, mantendo um empenho constante, pois é só assim que estão conseguindo conquistar e manter alguns direitos. Abaixo serão citados alguns eventos que marcam o protagonismo e a luta histórica das mulheres em busca dos seus direitos sexuais e reprodutivos:

Carta das Nações Unidas (1945); Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Civis à Mulher (1948); Convenção Sobre os Direitos Políticos da Mulher (1953); Convenção da OIT nº100 (1951); Convenção da OIT nº 103 (1952); Convenção da OIT nº 111 (1958); Convenção da OIT 156 (1981); Convenção da OIT nº171 (1990); Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial CERD (1966); Convenção Americana de Direitos Humanos, São José (1969); 1ª Conferência Municipal Sobre a Mulher (Cidade do México, 1975); Convenção Para Eliminar Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher – CEDAW (1979); II Conferência Municipal Sobre a Mulher (Copenhague, 1980); III Conferência Municipal Sobre a Mulher (Nairóbi, 1985); Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio, 92); II Conferência Municipal de Direitos Humanos (Viena, 1993); III Conferência Internacional Sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 94); Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará (1994); IV Conferência Municipal Sobre a Mulher (Beijing, 95); II Conferência das Nações Unidas Sobre Assentamentos Humanos – Habitat II’96 (Istambul, 96); Declaração do Milênio (2000); III Conferência Municipal contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância (Durbam, 2001); Convenção e Recomendação da OIT Sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (Genebra, 2011). (BRASIL, 2015); (FONSECA, 2018, p. 24).

Deve-se ter muito claro que, o que Pedro (2016) refere-se a “ondas”, são os momentos em que alguns temas se evidenciam. A chamada segunda onda, demonstrou uma preocupação por parte do movimento feminista, não somente nas relações de gênero, mas também relacionadas à saúde da mulher, principalmente a saúde reprodutiva. Temas como “maternidade, planejamento familiar, contracepção, aborto e direito ao corpo e ao prazer, passam, desde a criação de ONGs¹⁷, a ser extensamente discutidos, e se começa a cobrar do

¹⁷ Organizações Não-Governamentais.

Estado maior assistência às mulheres” (PORTO, 2009, p. 61). Salienta-se que até a década de 1980, segundo Joana Maria Pedro (2016), as pessoas distinguiam feminista e feminina, pois “no senso comum, o feminismo era associado à luta de mulheres masculinizadas, feias, lésbicas, mal-amadas, ressentidas e anti-homens”.(PEDRO, 2016, p. 240), o que fazia com que muitas mulheres que defendiam a emancipação feminina e a luta pela igualdade de direitos, tivessem dificuldades em aderir ao movimento, ou se autodeclarar feministas preferindo, segundo a autora, o conceito de “liberadas”, optando integrar o grupo MLM¹⁸, pois elas declaravam claramente sua postura no enfrentamento do domínio masculino nas relações sociais e particulares. Cabe ressaltar a importância do movimento feminista e que sua maior conquista, de acordo com Pedro (2016), a qual muitas vezes é ignorada pelas novas gerações, é o reconhecimento de novas formas de ser mulher, desmistificando a idealização de “Amélia” como destino final, mais adequado e socialmente aceito.

Embora deva-se ter em mente que as conquistas femininas não são garantidas, que é uma luta constante para que se avance e assegure permanentemente os direitos adquiridos, e ainda há muito a ser conquistado, nossa sociedade embasada no patriarcado, é machista e conservadora, relegando à mulher um “sub-papel”, inferiorizando e retirando o poder de decisão e autonomia principalmente, em relação ao próprio corpo.

Um movimento fundamental, que visava discutir e efetivamente trazer a público as questões do corpo feminino, ocorreu em 1981, período em que, como afirma Porto (2009), ocorre a primeira campanha para a descriminalização do aborto, tema polêmico, que divide opiniões, sendo que diversos discursos se apresentam prós e contras, e do qual as maiores interessadas, que são as mulheres, muitas vezes são ignoradas ou mesmo impedidas de discutir este tema, o qual será discutido mais profundamente no capítulo quatro deste trabalho. É necessário enfatizar a importância de falar sobre aborto, pois o mesmo é um estigma da nossa sociedade e, é algo que demonstra o quanto ainda as mulheres precisam lutar e reivindicar para simplesmente serem ouvidas, numa questão que, na verdade só diria respeito a elas, pois trata-se do corpo delas, que como seres humanos deveriam ter garantido o direito sobre ele, assim como os homens possuem.

Para que se possa entender as construções de superioridade masculina sobre uma suposta inferioridade feminina, e que levou as mulheres a ir à luta pela busca de igualdade de direitos, como ocorreu com os movimentos feministas, faz-se necessário conhecer como se elaboraram e disseminaram os discursos dominadores dentro da sociedade, que distinguiam

¹⁸ Movimento de Libertação da Mulher.

atitudes e criaram as “regras” para o comportamento estabelecido como “normal” para os integrantes da sociedade.

3 A CONSTRUÇÃO CULTURAL DO FEMININO/MASCULINO

“Para qualquer observador da sociedade ocidental não restam dúvidas, de que ela está marcada por um gritante domínio masculino”.
(Françoise Héritier, 2004)

Ao tratar-se da construção cultural do masculino/feminino, é preciso primeiro entender que, desde os primórdios, as considerações elaboradas basearam-se no que era possível visualizar. Atentava-se para as diferenças óbvias na aparência do corpo, os humores e os papéis dos sexos na reprodução. Para Françoise Héritier¹⁹ (2004) o ponto central do pensamento sobre as diferenças dos sexos trata-se da oposição essencial, algo que se opõe ao idêntico, o diferente, por exemplo calor/frio, seco/úmido, alto/baixo, inferior/superior; são valores que se encontram entranhados na classificação do masculino/feminino. Nesse sentido, resgata o pensamento do grego Aristóteles, quando este explicita a oposição do masculino e do feminino associando às diferenças calor/frio, animado/apático. Héritier (2004) nos apresenta que se tomarmos os discursos dos médicos higienistas, mais recentemente, dos séculos XVIII e XIX, ou até mesmo dos contemporâneos, ainda é possível identificar a permanência destes sistemas de oposição nas construções do masculino e feminino. A autora exemplifica com uma edição de 1984 da Enciclopédia Universalis que tem, em seu artigo sobre a fecundação, o relato do encontro do óvulo com o espermatozoide, o qual carece de informações mais precisas e detalhadas, esse encontro é apresentado pelos biólogos como a junção de uma matéria inerte, inativa (óvulo), que tem a necessidade de ser ativada por um princípio externo (espermatozoide).

Retornando ao pensamento aristotélico, Héritier (2004) demonstra que, para Aristóteles, a fraqueza da constituição feminina devia-se à sua umidade e frieza, diretamente ligada a perda de sangue nos ciclos do período menstrual, sobre o qual as mulheres não tinham nenhum controle. Já com os homens não há perda de sangue, a não ser que eles mesmos decidam participar de uma guerra, uma caçada, uma luta, o que seria eventual, com poder de escolha; eles, portanto, teriam controle sobre a perda de sangue, bem como sobre a ejaculação para a liberação de substância espermática, enquanto as mulheres não têm como decidir sobre a produção ou a liberação do óvulo.

¹⁹ Professora no Collège de France, titular da Cátedra de estudos comparados das sociedades africanas. Foi discípula de Claude Lévi-Strauss, a quem sucedeu na direção do Laboratório de Antropologia Social. É presidenta do Conselho Nacional da Sida (França), membro do alto Conselho da População e da Família e membro da Academia Universal de Culturas.

Héritier (2004) afirma que é justamente esse domínio sobre o próprio corpo que, aparentemente os homens possuem e que as mulheres não, faz com que a oposição, domado versus indomável, desejável versus suportável, legitima a base, do que a autora denomina de “valência diferencial dos sexos” (HÉRITIER, 1998, p. 23) e explica que trata-se de uma fórmula que está inscrita nos corpos e no funcionamento psicológico que instrumenta o social. Embora essa hipótese possa parecer um tanto desprovida de significados, como os sexos são anatômica e fisiologicamente diferentes, dessa observação surgem as noções que constroem as oposições conceituais que são utilizadas para estabelecer as classificações hierárquicas. Para a autora a valência diferencial dos sexos, assim como a proibição do incesto são resultado da necessidade de se construir as regras que permitirão a sociedade funcionar.

Citando Claude Lévi-Strauss e os três pilares que ele estabeleceu para o convívio social (a proibição do incesto, a divisão sexual do trabalho e o estabelecimento de uma forma reconhecida e validada de união sexual), ela ainda acrescenta um quarto pilar que considera fundamental e evidente para o bom funcionamento das outras três, embora passe despercebido: a relação masculino/feminino, pois é dessa relação que se desenvolve toda a dinâmica social. Para Héritier (2004), embora pareça abstrato esse discurso, faz-se necessário não esquecer que, desde os primeiros tempos até a contemporaneidade, a ação de atores sociais e os efeitos de seus papéis nas representações fundamentais, constroem as categorias corporais e estabelecem essa relação conceitual traduzindo-se na desigualdade vivida.

A autora destaca ainda, que o papel dos atores sociais é importante para desgastar as diferenças construídas historicamente, tanto na produção tecnológica, quanto no convívio dentro das famílias e nas tradições estabelecidas, contudo, esse desgaste não significa o fim da desigualdade. Exemplifica-se demonstrando que, mesmo as mulheres tendo conseguido conquistar mais espaço na vida pública, ainda perdura fortemente o domínio masculino, principalmente em áreas como a política, a religião, altos cargos executivos e empresariais, e isso nada tem a ver com a biologia, mas originou-se das categorias cognitivas que operam a qualificação e a hierarquização, formando a base constituinte do masculino/feminino. Isso pode ser percebido de formas diversificadas em cada cultura, mas de modo heterogêneo sobrepõe o homem e submete a mulher, cristalizando o discurso que segue sendo transmitido através da educação, do ambiente social, através de mensagens implícitas e explícitas no cotidiano, de uma geração à outra.

Assim como Simone de Beauvoir (2016) cunhou a frase “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, Françoise Héritier (2004) apresenta uma descrição realizada por Gilbert

Herd²⁰ dos *Sambia*, uma sociedade, dentre as muitas da Nova Guiné, na qual “não se nasce homem, torna-se homem”. A autora enfatiza que, para esse povo, o pensamento não corresponde ao quente/frio, ou seja, as mesmas oposições ocidentais, mas sim procura-se o idêntico, o semelhante. Para eles, embora o corpo seja biologicamente formado, nos homens o sêmen não pode se autoproduzir, mas deve ser “fornecido” externamente. O órgão sexual masculino é considerado seco e vazio, sendo a semente que torna o corpo forte, musculoso, com ossos fortes; para tal objetivo este corpo deve ser “preenchido”. Hérítier (2004) revela que, a partir do sétimo ano de vida, os meninos passam a frequentar a “casa dos homens”, que é o local onde serão inseminados, de maneira regular, através da felação²¹, primeiro pelos maridos das irmãs e primas paralelas patrilineares²², depois pelos jovens e adolescentes ainda não casados.

A autora afirma que a idade é o que impõe a ordem: os mais velhos inseminam os mais jovens, mas nesse processo é evitado o desenvolvimento de qualquer vínculo afetivo ou psicológico entre os parceiros. Ao se casar, os jovens devem dedicar-se somente às atividades heterossexuais, salvo quando devem cumprir sua responsabilidade com os filhos das irmãs de suas esposas. Segundo a autora, a feminilidade é considerada completa e natural, sendo somente necessária a construção da masculinidade.

Para os *Sambia* existe uma diferença estabelecida entre ser macho, por ter os órgãos sexuais biologicamente formados, e ser homem perante a sociedade. Um macho só está completo ao estar cheio, possuidor de sua reserva de “semente”, para assim poder desempenhar todos os papéis sociais dele esperados, inclusive colaborar para “encher” as reservas dos mais jovens. Os *Sambia*, como nos mostra Hérítier (2004), recusam totalmente a homossexualidade como modo de vida e essa relação de troca entre os homens tem o caráter tradicional da formação da masculinidade, desvinculado da sexualidade.

Ainda tratando sobre a formação de gênero e da identidade, Hérítier (2004) nos fornece outro exemplo, que são os *Inuit*. Para este povo, gênero e identidade não estão associados ao sexo biológico. Uma criança nasce com um sexo aparente, mas não significa que seja esse seu sexo “real”, pois para os *Inuit*, o sexo real é fornecido pela identidade e pela “alma-nome”. São nesses dois elementos que se baseia a diferença fisiológica. Quando nasce, reencarnando a alma de um antepassado, a criança é vestida, tratada e educada como pertencente ao gênero do antepassado, promovendo as atividades e os papéis sociais de acordo com o gênero da alma-

²⁰ Gilbert Herd, “Semen depletion and the sense of maleness”, *Ethnopsychiatria* 3, Paris, MSH, 1981, pp. 79-116.

²¹ Ação de excitar o pênis com a boca.

²² Corresponde aos parentes pelo lado paterno.

nome. Quando chegam à adolescência, tudo muda bruscamente; é o momento em que o indivíduo deve adaptar seu modo de vida e seu comportamento ao seu sexo aparente. Hérítier (2004) destaca que esse processo não ocorre sem sofrimento, pois em sua crença, a alma-nome correspondente à alma do antepassado do gênero contrário, isso provoca um impacto para o indivíduo e para a família, vindo um pai ou avô sendo exposto e sujeitado a passar pelo processo da menstruação, do uso de roupas e objetos femininos, o que é considerado um desrespeito.

Com base nos exemplos acima citados, pode-se perceber e entender como uma sociedade constrói as tradições culturais relativas à identidade, as representações corporais dentro de sua própria crença, disseminando discursos e regramentos que organizam e determinam a construção do masculino/feminino. Ao tratar-se de gênero, é interessante atentar para o significado do termo:

Denomina-se gênero o conjunto de atitudes, tarefas e papéis sociais que se associam aos homens e às mulheres em cada sociedade, assim como tudo aquilo que pode ser definido ou classificado como masculino e feminino por seus atributos e qualidades. Quando falamos de gênero nos referimos àquilo que é característico da mulher ou do homem e que responde ao sistema de classificação masculino/feminino. (SEGATO, 2003, p. 6)

Entendido o conceito, é necessário compreender que o que o homem pensa sobre gênero, sexo, sua determinação e adaptação de indivíduo, não são oriundos apenas de uma ordem natural, e sim, muito mais, construídos, recriados, dependentes de uma ordem simbólica que objetiva estabelecê-los como fatos naturais para todos os integrantes da sociedade.

Compreende-se então que a construção cultural de regras, tradições, costumes, crenças e comportamentos são responsáveis por moldar os indivíduos definindo e determinando o papel social do masculino e do feminino, e como o patriarcado²³ domina a sociedade, com os homens sendo detentores e protagonistas dos discursos formadores, dissemina-se a superioridade masculina como algo natural, indiscutível e não meramente cultural. Os exemplos acima citados demonstram e esclarecem que sim, tratam-se de construções culturais, portanto passíveis de desconstrução e reconstrução.

²³ Patriarcado – Regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens – (SAFFIOTI, 2015, p.47)

3.1 DOMINAÇÃO X SUBMISSÃO: A PRODUÇÃO DE UMA HIERARQUIA DE GÊNEROS

Em nosso meio social, podemos identificar facilmente o domínio masculino, mais especificamente no meio político, religioso e econômico. Essa identificação é perceptível, pois o número de mulheres atuantes em cargos de comando e com poder de decisão é extremamente reduzido. Como nos revela Françoise Héritier (1998), na sociedade ocidental as mulheres ficam restritas, no plano econômico, às atividades domésticas, de onde nunca se libertam totalmente. Embora tenham conquistado espaço na vida pública, no mercado de trabalho, praticamente sua totalidade acaba por acumular as tarefas, ocasionando uma sobrecarga, fazendo com que as mulheres tenham uma tripla jornada: atividades domésticas, educação dos filhos e o trabalho fora de casa que, quando ocorre, apenas em raríssimas exceções são altos postos, com cargos de comando, e quando ocorre, ainda sofre com preconceitos e oposições. Foi o que aconteceu no recente exemplo brasileiro, com a reeleição da presidenta Dilma Rousseff, a primeira mulher a ocupar o mais alto cargo político do país e por duas vezes consecutivas, uma série de manobras políticas, acusações infundadas, acarretaram seu *impeachment*, afastando-a do cargo; um golpe político, misógino e sem base real, pois foi julgada e absolvida de todas as acusações. Esse exemplo esclarece acerca de como a sociedade machista manipula opiniões e tem medo das mulheres no poder, pois isso representaria uma quebra na manutenção do patriarcado.

Esse medo masculino da perda do poder se utiliza de um discurso de inferiorização, incapacidade e inaptidão feminina, fortalecido por um conjunto de julgamentos de valores que evidencia algumas características associadas ao natural feminino e, portanto, irreparável, sendo

Um discurso negativo apresenta as mulheres como criaturas irracionais e ilógicas, desprovidas de espírito crítico, curiosas, indiscretas, tagarelas, incapazes de guardar um segredo, rotineiras, pouco inventivas, pouco criativas principalmente nas atividades de tipo intelectual ou estético, medrosas e frouxas, escravas do seu corpo e dos seus sentimentos, pouco aptas a dominar e a controlar as suas paixões, inconsequentes, histéricas, inconstantes, pouco fiáveis, mesmo traiçoeiras, astutas, invejosas, incapazes de serem boas camaradas entre si, indisciplinadas, desobedientes, impudicas, perversas...Eva, Dalila, Galateia, Afrodite... (HÉRITIER, 1998, p. 196).

Baseado nessa descrição, as mulheres são retratadas como seres inferiores, menos desenvolvidos, perigosos e, portanto, “necessitadas” do comando masculino. Esse é um discurso tão disseminado e engessado, que faz com que as próprias mulheres reproduzam essa imagem quando se referem às outras mulheres, pois desde cedo são criadas, educadas e

condicionadas a rivalizar, a competir umas com as outras. Héritier (1998) apresenta ainda outro discurso comum e aparentemente menos negativo e menos agressivo, mas que ainda legitima fortemente a inferioriza  o das mulheres, pois as considera:

Frágeis, caseiras, pouco dotadas para a aventura intelectual e física, doces, emotivas, procurando a paz, a estabilidade e o conforto do lar, fugindo das responsabilidades, sem   sp  rito de decisão de abstrac  o, cr  dulas, intuitivas, sensíveis, ternas e pudicas, as mulheres tem por natureza necessidade de ser submissas, dirigidas e controladas pelo homem. (HÉRITIER, 1998, p. 196).

Héritier (1998) demonstra que, invariavelmente em todas as sociedades, a diferença entre os sexos    doutrinada e repassada numa linguagem binária favorecendo a hierarquiza  o. Muitas vezes, essa valoriza  o excessiva do masculino, se percebe até mesmo quando se analisam aspectos identificados como socialmente negativos; a autora cita um exemplo claro e clássico sobre o discurso dos homens preferirem a paz    guerra, mas culturalmente    admirado e enaltecido aquele que demonstra coragem e bravura no combate, pois este não d   demonstrac  es de ser “efeminado”. Encontra-se aí uma constata  o de que há um discurso criado e classificatório, o qual se refere aos indivíduos da nossa sociedade afirmando que

Há então um sexo maior e um sexo menor, um sexo “forte” e um sexo “fraco”, um   sp  rito “forte”, um   sp  rito “fraco”. Será esta “fraqueza” natural, cong  nita, das mulheres que legitimaria a sua sujei  o até o que diz respeito ao seu corpo. (HÉRITIER, 1998, p. 197).

Essa constata  o somente enfatiza o que já    claro, a superioridade física dos homens foi historicamente utilizada para dominar e excluir as mulheres da vida pública, da ascensão social e até mesmo de ter acesso ao mesmo desenvolvimento intelectual. Como mostra Perrot (2017), ao longo do século XIX reverberava a afirma  o de que informa  o era contrária ao papel e    natureza das mulheres, enfatizando que feminilidade e saber não compactuam, declarando que “uma mulher culta não    uma mulher” (PERROT, 2017, p. 93), e que se temia, de modo enfático, o desenvolvimento do livre pensamento para as mulheres. A defesa dessa exclusão, por sua vez,    cumulativa para corroborar na manuten  o desta pretensa e inexistente superioridade masculina.

Mesmo não havendo comprova  o científica absoluta, através de provas, Françoise Héritier (1998) defende que existe uma forte estabilidade estatística de que há certa universalidade na predominância do masculino sobre o feminino. A autora nos mostra que, um dos mitos utilizados na tentativa de justificar a violência e legitimar a domina  o, seria o do matriarcado primitivo, o qual consta em muitas sociedades que, no pr  nc  pio dos tempos as

mulheres dominavam e castigavam os homens, explorando-os e se utilizando de sua força física para benefício próprio. Os mitos variam de sociedade para sociedade, mas sua base é a mesma, os homens se utilizando da superioridade física, se organizam, reagem e dominam as mulheres, tendo assim sua revanche.

O fato da organização para reação masculina, mesmo sendo mitológico, sempre vem à tona quando se discute o porquê da apatia e da sujeição das mulheres em relação a dominação masculina, pois sendo, numericamente, a maioria da população mundial, poderiam reagir, assim como conta o mito do matriarcado primitivo, os homens reagiram. A resposta para esse questionamento, quem nos fornece é Pierre Bourdieu²⁴ (2012) através do seu ensaio denominado “Dominação Masculina”, pois esclarece-nos que a dominação do patriarcado é tão densa e fortemente propagada que as mulheres, desde a mais precoce idade, são criadas, educadas e condicionadas a reproduzir a submissão. Para garantir essa manutenção, as mulheres deveriam se manter afastadas portanto, das atividades intelectuais e as que, porventura, tivessem acesso à educação, recomendava-se que

É preciso, pois, educar as meninas, e não exatamente instruí-las. Ou instruí-las apenas o necessário para torná-las agradáveis e úteis: um saber social, em suma. Formá-las para seus papéis futuros de mulher, de dona de casa, de esposa e mãe. Inculcar-lhes bons hábitos de economia e de higiene, os valores morais de pudor, obediência, polidez, renúncia, sacrifício...que tecem a coroa das virtudes femininas. (PERROT, 2017, p. 93).

E é justamente o que explica o fato de se criar essa redoma em torno das mulheres, que estas, “[...] por não levar em conta os efeitos duradouros que a ordem masculina exerce sobre seus corpos, ela (a mulher) não compreende adequadamente a submissão encantada que constitui o efeito característico da violência simbólica” (BOURDIEU, 2012, p.53), o que evidencia o modo organizado de manutenção de costumes estabelecido pelo patriarcado. Porque, afinal de contas, o poder simbólico não se efetiva nem se sustenta sem a colaboração dos subordinados que o alimentam e o constroem enquanto poder. Como bem enfatiza Bourdieu, em sua obra “Dominação masculina” a “invasão da consciência das mulheres pelo poder físico, jurídico e mental dos homens” (2012, p. 53), faz com que a dominação se reforce. O reconhecimento da dominação está sempre ligado a um ato de conhecimento, tornando a possibilidade de libertação das mulheres apenas quando ocorrer sua apropriação de consciência, o que realmente causará o rompimento das práticas tendenciosas que alicerçam as estruturas

²⁴ Pierre Félix Bourdieu – Sociólogo francês, filósofo de formação, lecionou Sociologia no *Collège de France*. É considerado um dos mais importantes intelectuais do século XX.

sociais. Bourdieu (2012) revela também que, em nossa sociedade, existem o que ele denomina de “expectativas objetivas” que estariam implícitas na estrutura social e enaltecidas, sobretudo, nas posições oferecidas às mulheres. Estas constroem e evidenciam o que seria a “vocação” do feminino para a realiza  o de tarefas subordinadas ou subalternas, condicionando as mulheres a cumprir essa pretensa voca  o com uma suposta felicidade, esclarecendo que “voca  es” são um pren  cio relativamente fantasioso do que a fun  o promete e do que ela permite. Ainda tratando de domina  o, Bourdieu (2012) demonstra que, embora tenha se perdido uma evidência imediata, existe a manuten  o de alguns mecanismos que permitem seu funcionamento, principalmente nos usos sociais dos espaços destinados para homens e mulheres, evidenciando que

As injun  es continuadas, silenciosas e invisíveis, que o mundo sexualmente hierarquizado no qual elas são lançadas lhes dirige, preparam as mulheres, ao menos tanto quanto os explícitos apelos    ordem, a aceitar como evidentes, naturais e inquestionáveis prescri  es e proscric  es arbitrárias que, inscritas na ordem das coisas, imprimem-se insensivelmente na ordem dos corpos. (BOURDIEU, 2012, p. 71).

Importante evidenciar que as marcas deixadas pela domina  o exercida nos corpos, não deve significar que alimente esse modo vicioso de legitimar a domina  o, e que muitas vezes responsabiliza as próprias mulheres pela sua situa  o, fornecendo a falsa ideia que elas escolhem adotar essas práticas submissas, como se elas mesmas fossem seu maior inimigo, ou ainda sugerindo que, de algum modo, as mulheres gostassem e até mesmo aproveitassem dos tratamentos destinados a elas, vivendo numa “espécie de masoquismo constitutivo de sua natureza” (BOURDIEU, 2012, p. 52), quando na verdade, trata-se do oposto. Deve-se reforçar ainda, segundo Bourdieu (2012), que não são os direcionamentos    submissão, usados como pretexto para responsabilizar as mulheres são resultados destas “estruturas objetivas”, mas também que essas estruturas são atingem seu objetivo graças    eficácia dos mecanismos que elas próprias desencadeiam e fortalecem seu desenvolvimento.

Legitimando a suposta submissão feminina, devido    uma inferioridade natural das mulheres, Héritier (2004) demonstra que, expondo um raciocínio bem conhecido para justific  lo diz que: “   porque as mulheres são estúpidas que são ignorantes”. (p. 200) A autora mostra que essa valoriza  o dos sexos está ancorada na necessidade de domina  o das mulheres, uma vez que elas são absolutamente fundamentais para a gera  o de um novo ser, o que os homens não conseguem. Para alcançar tal intento, os homens determinaram para as mulheres, não somente a obriga  o e responsabilidade de gerar, mas também o cuidado e a manuten  o das

necessidades dos filhos, tornando um dever feminino que não pode ser questionado. Relegaram as mulheres à obediência e a ignorância, afastando-as das áreas de poder e saber, o que é uma clara negação do estatuto de pessoa, negligenciando seu direito a decidir sobre sua sorte ou a trabalhar para o bem comum. Para tanto, foram elaboradas uma porção de medidas e atitudes que estrategicamente afastaram as mulheres da vida pública, restringindo-as à privacidade do lar, o que contribuiu e reforçou o descrédito às capacidades femininas.

Como vimos, as mulheres tinham sua vida dominada, comandada, excluídas do convívio social, restritas a casa, e eram reduzidas e enquadradas como simples reprodutoras. Nesse ponto, a autora Françoise Héritier (2004), nos apresenta, em sua obra “Masculino/Feminino II: Dissolver a Hierarquia”, que essa visão procriadora da mulher se deve ao fato de que se instituiu um valor diferencial dos sexos e, o domínio masculino têm base na apropriação, pelo gênero masculino, do poder de fecundidade, da geração de um novo ser, que possuem as mulheres. A autora destaca, que no que tange a sexualidade cabe elencar três elementos: a procriação, a pulsão sexual e o prazer na satisfação da pulsão. Situa estes elementos como partilhados pelos dois sexos, mas esclarece que é neste mesmo conjunto, articulado e compacto, que se localizam os freios repressores e os obstáculos mais potentes relacionados à igualdade entre os sexos, pois incentiva os homens e reprime as mulheres.

Héritier (2004) expõe que, a consequência da apropriação da fecundidade feminina é considerada uma obrigação necessária para os homens, que devem conquistar de modo individual a sexualidade de mulheres particulares. Para a autora, essa constante luta masculina para

[...] encontrar portadoras de filhos tem por consequência, além ostentação e da admiração da potência viril, o enraizamento de uma profunda convicção partilhada por todos os humanos: a pulsão masculina é lícita e não deve, nem pode ser reprimida na sua expressão, mesmo que possa ser mantida à margem, no interior da luta entre pares. (HÉRITIER, 2004, p. 200).

Demonstra ainda que o poder exercido pelos homens, sobre o corpo das mulheres, expressa-se de duas formas principais: a primeira, o casamento, é socialmente policiada e aceita; trata-se das trocas realizadas entre homens, dos corpos das filhas e irmãs, das quais são considerados proprietários legais, estas trocas estabelecem ligações sociais duradouras e transformam estes corpos femininos em corpos fecundos de esposas silenciosas, virtuosas, castas, fabricantes de filhos. Já a segunda forma, destaca Héritier (2004), não tem a aparência policiada e descreve:

[...] qualquer corpo de mulher que não é apropriado, guardado, defendido por um proprietário cujo direito é baseado na filiação e na aliança e cuja utilização sexual que faz dela ou faz fazer e orientada para a procriação, pertence potencialmente a qualquer homem cuja pulsão sexual está por satisfazer. (HÉRITIER, 2004, p. 201).

Essa visão distorcida é, portanto, uma espécie de liberdade de fazer uso temporário, do corpo feminino, o que era comum através do rapto, violação ou da prostituição. Percebe-se, portanto, a importância dada em submeter o corpo feminino, pois este, como afirma Bourdieu (2012), está formado e é tido como representação de grande capital simbólico, sendo capaz de tornar-se um meio de se alcançar níveis de status ou depreciação social, dependendo da situação, por exemplo com o casamento, gravidez ou a prostituição.

3.2 A INSTITUIÇÃO HISTÓRICA, CULTURAL E SOCIAL DE UM “MANDATO DE MASCULINIDADE”

Ainda sobre a dominação masculina e seus discursos legitimadores, faz-se necessário buscar respostas de como se reproduz nos homens essa “necessidade” de abusar e subjugar das mulheres e de seus corpos. Um condicionamento importante que deve ser enfatizado, é o fato de que os homens são pressionados a se auto afirmarem, a realizarem a manutenção dessa dominação, pois é exigido deles que sejam responsáveis pelo que Bourdieu denomina “ponto de honra” (BOURDIEU, 2012, p. 62), inculcado e constituído como produto social, que impõe ao homem mostrar-se sempre viril, apto, com capacidade reprodutiva, ativa e violenta, indiferente da situação, integrando-os assim no meio masculino, conferindo e garantindo-lhes validação de outros homens. A incorporação nesse meio se dá através da apropriação e reprodução de capital simbólico, que lhes fornece status social, respeitabilidade e baseia-se na transmissão para outros homens dos bens, do poder e dos privilégios herdados historicamente, dos quais as mulheres são sumariamente excluídas. Essa constatação é corroborada por Rita Laura Segato²⁵ (2018), quando trata-se mais especificamente sobre abuso, a violação, o estupro, apropriação do corpo sem consentimento, pois ela nos faz refletir de modo mais complexo, afirmando que a atitude violenta masculina é algo estrutural no nosso meio social, e não se trata

²⁵Rita Laura Segato é uma antropóloga e feminista argentina, conhecida por suas investigações sobre gênero nos povos indígenas e comunidades latino-americanas, sobre violência e as relações de gênero, racismo e colonialidade.

somente da sobreposição da força ou da saciedade masculina sendo satisfeita em termos sexuais, que opõe homem/mulher, agressor/agredida, mas diz respeito a toda uma estrutura de educação e orientação masculina, que visa a construção de uma identidade do sujeito masculino, reunindo, sintetizando e confundindo poder sexual, poder social e poder de morte. Segato (2018) define essas ações como um “mandato de masculinidade” o qual

[...] exige do homem provar-se homem todo o tempo, porque a masculinidade, diferente da feminilidade, é um status, uma hierarquia de prestígio, se adquire como um título e se deve renovar e comprovar sua vigência como tal. (SEGATO, 2018, p. 40, tradução minha).

Esse conceito de mandato de masculinidade, explicita um comportamento cristalizado socialmente, que reafirma o homem como superior, ativo, destemido, viril, o dominante da sociedade, o que não justifica, mas explica por exemplo, a incidência da violência estrutural que se vivencia cotidianamente. Devido ao estabelecimento desse regramento social, é cobrado do homem que este seja capaz de eliminar de dentro de si sentimentos como a compaixão e a empatia, e deve ainda se apropriar da capacidade de cometer atos cruéis e violentos demonstrando, se não a inexistência, apenas o mínimo de sensibilidade dos seus afetos.

Dentro das potências estabelecidas para o mandato de masculinidade, Rita Segato elenca: “sexual, bélica, política, econômica, intelectual e moral” (SEGATO, 2018, p. 44) o que, para ela, reflete no tratamento e as obrigações socialmente determinadas e impostas para as relações de gênero que acabam por resultar punitivas para todos, uma vez que, em nome desta autoafirmação contínua, os homens são obrigados à demonstrar sua suposta superioridade, sendo eles próprios as primeiras vítimas, sofrendo uma violência intra-gênero, derivando a violência contra as mulheres da violência entre homens, expondo-os a riscos desnecessários onde são impedidos de demonstrar os próprios sentimentos, gerando atitudes violentas, causando problemas psicológicos e levando até mesmo a morte, seja ela acidental ou não. Demonstrando essa realidade, Segato (2018) destaca a importância de também os homens aderirem a luta contra o patriarcado, não objetivando apenas proteger as mulheres da submissão e do sofrimento a que são continuamente expostas, mas sim para que eles mesmos se libertem do mandato de masculinidade que os oprime e submete à dolorosas provações.

Como mais um fator que enaltece a desigualdade, enfatiza a dominação masculina e reforça a submissão feminina, Françoise Héritier (2004) apresenta a prostituição, que mesmo nas suas mais diferentes formas, masculina ou feminina, claramente é um serviço exclusivo dos homens e causaria risos e rechaço pensar numa simetria em relação às mulheres, uma vez que

a ideia de o homem obter a posse sobre o corpo e a vida da mulher já há muito é cristalizada. A autora faz uma analogia em relação ao prostíbulo como sendo um mercado, onde o homem pode entrar e escolher, fazer “suas compras” pois toda a “carne” ali está a sua disposição para saciar seu prazer.

Héritier (2004) citando Michelle Perrot (2017), revela ainda que há um paradoxo quando se trata da vida pública, pois para o homem representa sua atuação na sociedade como trabalhador, responsável; já para a mulher, ser pública suscita uso do corpo em atividades desmoralizantes o que é perceptível e reproduzido no senso comum, na utilização dos termos “vagabundo” quando se refere ao homem que não trabalha, não tem renda ou uma profissão, desqualificando-o moralmente. O que se contrapõe ao termo no feminino, onde “vagabunda” refere-se à mulher que é amoral pelo seu comportamento sexual. Deve-se refletir sobre essas questões e compreender que, assim como esclarece Saffioti, “a desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama das relações sociais” (SAFFIOTI, 2015, p. 75), se tudo é construído culturalmente, como quem detém o discurso são os homens, torna-se clara a necessidade de luta das mulheres em busca de igualdade e de equidade.

4 ABORTO E ESTUPRO: O PRIMEIRO FALTA DE AUTONOMIA, O SEGUNDO DEMONSTRAÇÃO DE PODER

*“Por que materno no puede ser una obligación,
ni una imposición, ni um mandato”
(Laura Rosso)*

Aborto e estupro, dois temas que se entrelaçam diretamente e evidenciam a posse e o domínio exercido pelo masculino sobre o feminino. Discutir o tema aborto, requer uma reflexão despida de preconceitos e falsas moralidades. Como foi visto, vivemos em uma sociedade em que as leis, as normas e as regras são elaboradas por homens e para homens, tornando a mulher, que na questão de reprodução deveria ser protagonista, em mera coadjuvante. Aborto é um tema considerado tabu, verdadeiro estigma social, uma realidade que fica velada, tenta ser punida, criminalizada, principalmente por se tratar de corpos femininos, pois assim como citou em uma de suas falas, o conhecido historiador Leandro Karnal (2017) quando faz referência a Voltaire²⁶ “Se os homens engravidassem, a aborto seria realizado em Igrejas, ao som de canto gregoriano”. Isso fica bem claro quando analisamos as moralidades acerca do aborto; a sua principal bandeira, que discorre sobre a defesa da vida não se sustenta, porque não contabiliza as vidas das mulheres. Acaso não são seres vivos, não são humanas, suas vidas não são importantes? Não são merecedoras de direitos? A clara influência de grupos religiosos, tendo seu posicionamento retrógrado, misógino, e machista objetivam apenas a manutenção do poder político sobre os corpos, assegurando a dominação, o que Michel Foucault (2008) nomeia de biopolítica, uma vez que se cria um regramento que obriga, aqui no caso as mulheres, que são seres individuais, com necessidades e desejos próprios, a agir de modo homogêneo para que consigam um espaço na sociedade. Espaço esse que já é definido e situado, portanto, restritivo de liberdades.

Sendo a Igreja um dos pilares mais fortes que instituem a moralização e as regras sociais, a condenação do aborto ocorre numa dicotomia, pois enquanto prega, em teoria, que a solidariedade é um de seus princípios, por ser um meio onde o poder de decisão é exclusivo dos homens, percebe-se que suas normas são seletivas pois “a Igreja católica abandona a solidariedade humana em nome da ‘defesa da vida’, que identifica com a fertilização do óvulo pelo espermatozoide. Esquece que o óvulo pertence ao corpo de uma mulher”

²⁶ Voltaire - pseudônimo literário de François Marie Arouet, (1694-1778) foi um filósofo e escritor francês, um dos grandes representantes do Movimento Iluminista na França. Foi também ensaísta, poeta, dramaturgo e historiador.

(CAVALCANTE; XAVIER, 2006, p. 57). Nos séculos passados, como foi visto, a falta de conhecimento sobre os corpos femininos até poderia justificar de algum modo essa desvalorização do feminino; mas, estando em pleno século XXI, é inadmissível que chegando ao ano de 2021 ainda se preservem esses pensamentos retrógrados, pois se a ciência e a tecnologia fez as mentes evoluírem em tantos outros setores, é imprescindível que se mudem pensamentos e que se garanta que mulheres não tenham que correr risco de vida, porque são impossibilitadas de decidir sobre seus corpos.

Para orientar uma reflexão sobre o que é o estupro e qual sua representação na sociedade, principalmente brasileira, faz-se necessário apropriar-se, primeiramente, do que Lia Zanotta Machado²⁷ (1998) revela sobre, como se constrói sua representação, elencando que, não somente o senso comum, mas também a legislação e a jurisprudência vigente no país, oscilam entre ser um ato compreendido como um crime hediondo contra a pessoa, ou um ato que é um crime grave contra os costumes ou ainda não é um crime, quando é visto como um ato sexual banal e cotidiano nas relações entre homens e mulheres. Ocorre aí um enfrentamento entre a esperada iniciativa masculina *versus* uma das respostas femininas possíveis, a isso se refere o dúvida entendimento de que a mulher diz não, porque é o que se espera dela, mas na verdade ela quer dizer sim. Machado (1998) em sua pesquisa com os condenados por estupro, revela que para eles, ocorre uma oscilação entre representar o estupro como uma monstruosidade, quando cometido contra as mulheres da família, ou classificando-o como banalidade quando se trata de uma mulher desconhecida. Dentre estas, existem as mulheres que podem ser divididas entre dois grupos: as casáveis e não casáveis, essa constatação esclarece o interesse em valorizar ou não o ato, não por ele em si, mas em quem ele é praticado.

Outro fator importante é elencado por Rita Segato (2003), quando expõe sobre a Lei Brasileira, que ao manter a ideia de tratar o estupro como um crime contra os costumes, mantém a ideia pré-moderna em que uma agressão contra a mulher através de seu corpo, é uma agressão ao seu pai ou marido, pois se trataria de uma ameaça ao controle da herança ou da continuidade da família, o que claramente desumaniza, objetificando a mulher e seu papel na sociedade.

Segato (2003) nos faz entender o estupro elencando alguns pontos, que de acordo com ela são necessários para entender sua finalidade, ou pelo menos aclara a motivação masculina para a prática deste ato abusivo e agressivo de apropriação do corpo sem consentimento. Destaca, em primeiro lugar, que o discurso dos estupradores sugere que, esta prática seria

²⁷ Lia Zanotta Machado - Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1967), mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1979) e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1980). Atualmente é Professora Titular de Antropologia da Universidade de Brasília.

colaborativa para subordinar a mulher e auxiliar na manutenção de um suposto equilíbrio na ordem de gênero, uma vez que, castigando as mulheres, se autoafirmam superiores, acuando e amedrontando-as e as tornaria mais cordatas e manipuláveis. No segundo ponto, Segato (2003) destaca o estupro como uma agressão utilizada para atingir outros, o qual mesmo que seja representativo se apossar de algo que “pertence” a outro, revela-se também um ato de linguagem corporal, que é imposto a outros homens marcando e atravessando o corpo da mulher. Em seu terceiro ponto, Segato (2003) explica que o estupro vai muito além da busca da satisfação do prazer sexual, pois trata-se da exibição da sexualidade enquanto potência viril e violenta, que objetiva a visibilidade na comunidade para o reconhecimento da capacidade física e sexual do agressor.

Entende-se que o ato de estuprar, abusar dos corpos femininos faz parte do que, como vimos, Segato (2003) afirma ser, um mandato de masculinidade, que é culturalmente cobrado dos homens, compondo um conjunto de atitudes que culminam na formação da identidade masculina, e esta por sua vez depende de um status que reúne, resume e confunde poder sexual, poder social e poder de morte, revelando que os homens vivem numa intensa busca de controle e poder visando destacar-se para conseguir “seu lugar” na sociedade. Para Segato (2003), essa busca masculina pelo status de “ser homem” torna o estupro um abuso estrutural, pois não se trata de poder ou não poder abusar, mas de dever fazê-lo, se não for pelas vias de fato, ao menos de modo metafórico, fantasioso que demonstra poder e autoridade moral. Por isso num caso de estupro, a culpabilização da mulher associada a vestimenta, ao comportamento, a atitude que “moral ou socialmente” não são aceitas para as mulheres, acabaria por colocar o estuprador numa posição de moralizador, refletindo sua atitude na imagem criada para o violador como sendo um

[...] sujeito moralista e puritano, que vê em sua vítima o desvio moral que o convoca. De modo que seu ato em relação à vítima é uma represália. O homem que responde e obedece ao mandado de masculinidade se instala em um pedestal de lei e se atribui o direito de punir a mulher a quem atribui desacato ou desvio moral. Por isso afirmo que o violador é um moralizador. (SEGATTO, 2018, p. 44, tradução minha).

Essa imagem construída, fornece ao homem o ideal de superioridade e reforça a estrutura de dominação que submete a outra pessoa à força ou a humilhação, seja em caso de estupro, ou ainda se a violação não for física, sexual, mas alegórica, mesmo assim enaltece o poder de quem a pratica.

Ao nos apresentar suas considerações sobre a racionalidade da violação, Segato (2003) a compara com outros crimes, explicando que, por exemplo, o roubo é o desejo de apropriar-se

dos bens materiais da vítima, o homicídio pode ter origem no desejo de vingança, no medo, pode ser praticado para se defender de uma possível acusação ou testemunho, ou ainda por ter recebido um pagamento. Através dos relatos dos presos que Segato (2003) entrevistou, ressalta que alguns sugerem que o estupro estaria relacionado ao roubo, que o ato busca também tomar algo, roubar, numa primeira análise instrumentalizada, a apropriação através da força de um serviço sexual. Na verdade, o estupro, como enfatiza a autora, é a tentativa de roubo de algo, mas de um algo que não pode ser roubado, pois trata-se apenas de um bem ilusório, mas tido como de alto valor. Enfim, Segato (2003) afirma que com o estupro nada se ganha, é somente perda, tanto para a vítima quanto para o agressor.

Outro fator sobre o estupro que merece atenção, é demonstrado por Machado (1998) e refere-se à uma contradição quando se opõem a fraqueza sexual e a moral viril:

Na linguagem da moralidade, de um lado, o homem viril sente sempre disposição à conquista e sua dignidade, “sua moral”, depende de não dizer não adiante de uma oportunidade. De outro, mesmo atraído poderia ter resistido. [...] Como se tivessem que se “aproveitar” sem nem saber ao certo se são bonitas ou feias, sem nem lembrar se tiveram prazer sexual ou não. (MACHADO, 1998, p. 235)

Segundo Machado (1998), para estes apenados as explicações são as mais variadas, alguns tentam diminuir e desmoralizar as mulheres, evidenciando que elas frequentam bares noturnos, fala essa extremamente machista e preconceituosa, pois na verdade, querem dizer que não são ambientes para elas e que elas não merecem respeito ou consideração; outros dizem que somente convidaram para um encontro, mas se sentiu enganado porque a mulher era garota de programa; outros ainda afirmam que foram eles as vítimas de um golpe, uma armação, tanto por parte das mulheres quanto por parte da polícia. São raros os que reconhecem que a culpa, a responsabilidade é sua. Ainda fazendo referência

em relação ao momento do estupro, segundo os apenados por estupro de desconhecidas, várias das “fraquezas”, do “nem sei o que me deu”, da “tentação do demônio, ou do mal, ou do cão”, fenômeno ou entidade que atua exatamente no momento a fraqueza, e é visto como associado aos efeitos da “droga ou da bebida”. (MACHADO, 1998, p. 235)

Contrapondo o sentido circunstancial que recorre a associação entre fraqueza e figuras do mal, às drogas ou à bebida, Machado (1998) expõe que se apresenta uma exceção preparada: os estupradores relatam que estando juntos com “amigos”, se um deles resolve se aproveitar da mulher, os outros tendem também a praticar o ato, o que possibilita e reforça a referência ao conceito de Rita Segato (2003), já citado, de “mandato de masculinidade”. Nesse caso, há uma

cobrança dos homens e para os homens de um comportamento abusivo e violento, como um modo de “ser homem”, prevalecendo a “obrigação” de nunca recusar uma oportunidade, independente da atração ou do prazer que sente, pois é necessário demonstrar a “macheza” esperada dele.

Machado nos faz refletir ainda sobre uma dicotomia a qual ela considera “antagônica e hierárquica entre razão e emoção, espírito e corpo, atividade intelectual e atividade sexual”. (MACHADO, 1998, p. 236), ressaltando que é como se o desejo e a atividade sexual devessem sempre ser controladas pela razão e pela escolha. Culturalmente a atividade sexual é retratada como debilitada em relação à razão e o desejo. A presença da moralidade cristã, associando fraqueza e tentação, a atuação de “forças exteriores”, faz com que os próprios condenados reproduzam “uma valorização negativa do estupro, [...] ideia de pecado porquanto ato sexual não legalizado e não legítimo” (MACHADO, 1998, p. 237).

Dentro do discurso do estuprador é possível identificar, segundo Machado (1998), um nível de egocentrismo exacerbado quando declaram que podem e sempre puderam ter a mulher que quisessem através da conquista, mas não sabem explicar por que estupram. Nesse ponto deve ser ressaltada a implícita armadilha existente no ato de estuprar; essa pode também ser uma atitude associada à vergonha, porque “forçar a situação” diminui a capacidade e o poder de conquista do homem, uma vez que ele precisa estuprar para atingir o objetivo de “ter a mulher”. A atitude agressiva e violenta é mais uma vez justificada quando transformam o “não” da mulher em “sim”, como se esta, ao negar, estivesse apenas simulando. Machado (1998), evidencia que para esses homens o estupro é um ato de afirmação do status identitário da sexualidade masculina, conhecido como “o malandro” uma figura construída e que é reconhecida

positivamente como aquele que rouba, assalta, mata, bebe e se droga, associando estas atividades à valorização positiva do macho: corajoso, dono da sua vontade e capaz de impor sua vontade. A ideia do “macho” no campo da sexualidade, centrada no lugar simbólico do masculino como lugar da iniciativa é que parece fundar a crença da ideia de “macho social”, aquele que tem a iniciativa e impõe sua vontade no plano social. A inclusão do ato de estupro como uma das atividades legitimadas pela “moralidade de malandro” é a reintrodução no plano social da própria concepção prévia da sexualidade masculina, e que vai reafirmar sua identidade de “macho social”, porque refaz (reforçando) a associação de sentido dos dois campos, o da sexualidade e o da socialidade. (MACHADO, 1998, p. 238)

Idealizada culturalmente, esta ideia de moral de homem ou moral de malandro refere-se, segundo Machado, em “ser cabra-macho, homem de peso, homem que desencabeceia mulher” (MACHADO, 1998, p. 239). Para a autora é justamente em função desta construção

que o homem estupra, buscando restaurar uma ordem que, para ele, parecia invertida. Esse é o caso, por exemplo, do marido desempregado que, em virtude de a mulher trabalhar, ter dinheiro ou sustentar a casa, se sente diminuído; torna-se então agressivo para demonstrar alguma superioridade, mesmo que seja a física. É como se, tendo a posse do corpo da mulher, ele simbolicamente a recoloca no “seu lugar” como subordinada, enaltecendo o poder que possui. Percebe-se, portanto, que foram criados, culturalmente, estereótipos para homens e mulheres, que os “encaixam”, submetem, oprimem e obrigam a agir e se relacionar para que consigam conquistar o status social considerado ideal.

4.1 A IMPORTÂNCIA DA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO

“Um filho se eu quiser, quando eu quiser, como eu quiser”
(Yvonne Knibiehler)

Quando se analisa a questão do aborto no Brasil, num primeiro momento é essencial enfatizar que se trata de um país com Estado laico, mas que mesmo assim é influenciado pela Igreja, tendo sido constituído por leis ultrapassadas, que insistem em criminalizar as mulheres e usurpar seus direitos e sua autonomia sobre os seus corpos, levando em inúmeros casos à morte prematura de mulheres. É o que podemos observar no relatório da CEDAW²⁸ de 2012:

No Brasil, aborto realizado de modo inseguro ocupa uma das principais causas de mortalidade materna, representando 11% do total das mortes de mulheres ocorridas durante a gravidez, parto ou pós-parto, ocorrendo mais de 1 milhão de abortos e sendo comprovado seu vínculo com a ilegalidade e a morte materna. A cada ano, são registradas 250 mil internações de mulheres por complicações no procedimento do aborto, e a maioria dessas mulheres caracteriza-se como negras e de baixa escolaridade. (FONSECA, 2018, p. 13)

Embora esses dados sejam alarmantes, Fonseca²⁹ (2018) relata que, ainda existe uma séria divergência entre a realidade e os registros, uma lacuna que se deve ao fato de o aborto

²⁸ A Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres (em língua inglesa, *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women*., CEDAW) é um tratado internacional aprovado em 1979 pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

²⁹ Jamile Guerra Fonseca – doutoranda em Enfermagem e Saúde na Universidade Federal da Bahia. Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Enfermeira Obstetra pela Faculdade de

ser crime. São facilmente encontradas informações sobre procedimentos que culminam em aborto, sem que se esclareça se este foi ou não foi provocado. Existe ainda acesso aos dados de internação para o procedimento de curetagem, uma consequência muitas vezes necessária em caso de aborto.

É importante salientar que, no Brasil, os índices que revelam dados sobre o aborto são coletados com técnicas indiretas, como pesquisas sobre internações decorrentes de aborto, que, segundo Fonseca (2018), são 20% dos casos. A autora destaca ainda que é possível coletar dados através de técnicas diretas, como a pesquisa de urna, como a realizada em 2010 pela antropóloga Débora Diniz³⁰ (2010), a qual chega ao resultado de que 1 em cada 5 mulheres de 40 anos, tenha realizado um aborto em algum momento da vida. Débora Diniz (2010), esclarece que opta pela pesquisa de urna, porque esse método assegura o anonimato das participantes, o que não ocorre com outros métodos de pesquisa; defende que há uma maior confiabilidade nos dados coletados pois a segurança do sigilo garante maior liberdade de resposta, uma vez que abortar é crime no Brasil salvo, em caso de estupro, de feto anencéfalo ou risco de morte materna. A pesquisa realizada por Débora Diniz (2010) é um avanço de discussão sobre o tema e ainda um choque de realidade. Sempre se falou que o aborto é realizado, sendo ele crime ou não, pelos mais diversos motivos; pensar nele como causador de mortes beira o absurdo, pois é inadmissível que existindo meios adequados e seguros para realização desse procedimento, ainda exista tanta polêmica e preconceito sobre um tema tão importante. Os dados da pesquisa são esclarecedores, pois nos mostram que:

Em 2010, no Brasil urbano, 15% das mulheres entrevistadas relataram ter realizado aborto alguma vez na vida. Os resultados não se referem a números e proporções de abortos, mas sim a mulheres que fizeram aborto. Essas unidades de mensuração não são as mesmas, porque uma mulher pode abortar mais de uma vez ao longo da vida. O número de abortos é, seguramente, superior ao número de mulheres que fizeram aborto, mas os dados desta pesquisa não permitem estimar quanto. Além disso, o número total de abortos no país será maior do que o indicado neste estudo se as áreas rurais e a população analfabeta forem também contabilizadas. (DINIZ, 2010, p. 04)

Atentando para que a pesquisa foi realizada em centros urbanos e com pessoas alfabetizadas, é fundamental que se pense em uma próxima oportunidade englobar a camada da população que ficou excluída. Tão importante quanto os números sobre o aborto, é identificar

Tecnologia e Ciências. Docente na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Atua nas linhas de pesquisa “Mulher, Gênero e Saúde” e “Saúde Coletiva”.

³⁰ Debora Diniz Rodrigues - antropóloga, professora universitária, pesquisadora, ensaísta, e documentarista brasileira. Desenvolve projetos de pesquisa sobre bioética, feminismo, direitos humanos, e saúde.

o que é abortar nas concepções de cada grupo de mulheres; como esclarece Motta³¹(2015), citando Leal e Lewgoy (1995), quando demonstram que, para grupos populares de mulheres de Porto Alegre, por exemplo, os chás (arruda, sete sangrias, alecrim...) conhecidos e administrados pelas mulheres tradicionalmente, são eficazes em “fazer descer” a menstruação, mas não consideram abortar, pois para elas “ocorre uma espécie de jogo: quando elas usam, falam em ‘fazer vir’ ou ‘descer’, mas quando falam em tese sobre aborto ou falam no que as ‘outras’ faziam, aí falam em matar, e o discurso é absolutamente normatizado e condenatório” (MOTTA, 2015, p. 109). O que fica evidente culturalmente é que existe, na sociedade, e até mesmo entre as mulheres, um discurso hipócrita e falso moralista, que aplica seletivamente as regras e condenações pelos comportamentos.

A falta de políticas públicas adequadas que levem orientação, informação e acesso aos serviços de saúde é causa de mortes, principalmente de mulheres em situação de vulnerabilidade social, que habitam regiões periféricas. Enquanto o país não tratar o aborto como uma questão de saúde pública, tratando o tema de modo sério e responsável mais mulheres morrerão, pois, o aborto nunca deixou de ser praticado, apenas o clandestino é causa de morte. É uma constatação estatística: em países onde o aborto é legalizado, acompanhado de modo seguro, por profissionais responsáveis, fornecendo suporte clínico e psicológico, a taxa de desistência aumentou e as mortes são praticamente inexistentes.

Importante salientar que, em um contexto geral, pode-se dividir o tema aborto em dois grandes grupos: o aborto seguro, realizado com orientação, assistência, condições adequadas para o procedimento; e o aborto inseguro, realizado na clandestinidade, sem orientação, sem as devidas condições, expondo as mulheres a correr risco de morte. É necessário enfatizar que o que define o aborto como seguro ou inseguro não é somente a legalidade. Porque além do amparo legal, de uma política pública que trate o tema com responsabilidade, torna-se necessário a construção de uma rede de serviços preparada para realizar o procedimento, esse acredita-se ser ponto fundamental. Pois mesmo em países onde permanece a ilegalidade e a criminalização, a clandestinidade, oferecida por profissionais capacitados, oferece segurança para a realização do procedimento, o que mostra que o poder econômico se sobrepõe à legislação, fazendo com que apenas as pessoas menos favorecidas economicamente sejam expostas à riscos. Existem casos também, como o exemplo de resistência feminista argentina, que é uma demonstração de organização e ajuda, que oferece para todas as mulheres, indiferente

31 Flávia de Mattos Motta – Graduada em História e Mestre em Antropologia Social pela UFRGS, Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp.

do poder econômico o acesso à informação e o acompanhamento para realização de abortamento seguro. Ficará esclarecido mais detalhadamente no subtítulo que trata específico sobre o tema.

No Brasil, mesmo nos casos previstos em lei, as mulheres estão amparadas pela legislação, mas somente em teoria, porque na prática não se configura. No caso de feto anencéfalo ou risco de morte, é mais provável que realmente a mulher consiga ter seu direito assegurado, mas quando se trata de abuso, a mulher brasileira enfrenta uma verdadeira batalha, primeiro para provar que foi abusada, porque sendo a sociedade brasileira extremamente machista, palavra de mulher, ao contrário da palavra de homem, não tem valor nenhum. Mesmo que tenha provas, como um boletim de ocorrência, com exame de corpo de delito³² acabam por perder força, perante o depoimento do abusador. Isso só deixa clara a falta de igualdade entre o masculino e o feminino e de respeito pelos direitos humanos; quando o assunto são as mulheres, a supremacia masculina dominando o cenário jurídico, como será visto adiante, no caso Mariana Ferrer.

Fonseca (2018) enfatiza que no Brasil, embora ainda não seja descriminalizado, o aborto, nos últimos anos, mais precisamente até 2018, teve um avanço, pelo menos no que tange a burocracia, pois esta vinha diminuindo. Serve de exemplo a exigência da maioria dos hospitais da apresentação do boletim de ocorrência, que a partir de 2005 caiu para 14% o número dos serviços que exigiam o documento, o qual na verdade contraria a norma técnica do Ministério da Saúde, evidenciando que a falta de informação somada com o pouco conhecimento da legislação e ainda o medo da penalização caso tente-se praticar algo contra lei, faz com que muitas mulheres se exponham aos riscos da ilegalidade.

Importante salientar que a falta de conhecimento dos próprios direitos e ainda a falta de respaldo quando da procura nos serviços de saúde, mesmo nos casos permitidos por lei, as barreiras são inúmeras. Sobram dificuldades, dentre as quais Fonseca (2018) enumera como fatores o

[...] acesso da paciente a unidade, lista dos serviços, auto cadastramento dos serviços, desconhecimento da equipe com relação às recomendações do Ministério da Saúde, exigência do boletim de ocorrência, racismo institucional, causas relacionadas ao agressor, em casos de abuso, entre outros. (FONSECA, 2018, p. 18).

Outro ponto fundamental evidenciado por Fonseca (2018), está relacionado as dificuldades quando se trata de uma menor de idade, porque nesses casos, é exigido

³² Corpo de delito – Para a Medicina Legal e o Direito é o exame que contém vestígios materiais resultantes de prática criminosa (sêmen, sangue, DNA).

consentimento para realização dos exames tanto da vítima, quanto do seu responsável legal. Como a maioria dos casos de abuso são efetuados por pais, padrastos ou responsáveis, fica subentendido que este é um dos principais motivos que determina a menor taxa de abortamentos nas instituições de saúde.

Em função destes entraves e da carência na disseminação das informações, e mesmo nos casos amparados por lei haver a existência de barreiras, é imprescindível a criação de políticas públicas que realmente funcionem, proporcionando às mulheres o acesso e a garantia de direitos. Algo que é fato no Brasil, quando ocorrem pequenos avanços, estes geralmente são seguidos de grandes retrocessos, a partir de 2018 o enaltecimento do conservadorismo, a valorização de uma moralidade cristã, por parte do governo, reforça o desmerecimento do Estado laico.

Em 27 de agosto de 2020 foi emitida pelo Ministério da Saúde, uma portaria que revoga a Norma Técnica de “Prevenção e tratamento de agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes” e da Portaria nº GM/MS de 1º de setembro de 2005, que obriga a notificação à autoridade policial pelo médico, demais profissionais de saúde ou os responsáveis pelo estabelecimento que acolhem as pacientes nos casos em que há indícios ou confirmação do crime de estupro. Esta Portaria menciona ainda, que os profissionais anteriormente mencionados deverão preservar as possíveis evidências materiais do crime de estupro, inclusive fragmentos do embrião ou feto e entregar às autoridades policiais, para que possibilite a realização de exames genéticos que colaborem na identificação do respectivo autor do crime, tal como estabelece a Lei Federal nº 12.654 de 2012.

Com base nessas informações, percebe-se que um pequeno indício de avanço, que possibilitava apenas a não obrigatoriedade do boletim de ocorrência, além de ter sido pouco divulgada, quando de sua validade, agora já foi revogada. O que mais uma vez comprova a afirmação de Foucault (1999), quando ele revela que as mudanças na sociedade são convertidas sempre em novos mecanismos de repressão e de controle sobre o indivíduo.

No Brasil, o aborto segue sendo um estigma, assunto polêmico, um verdadeiro tabu, que não se discute e quando se faz, quem tem voz ativa tanto nas discussões quanto na criação das leis sobre, tem sua maioria esmagadora de homens, o que se configura numa contradição, pois se são corpos femininos, este deveria ser um assunto exclusivamente feminino, cabendo às mulheres ter voz e autonomia para discutir, debater, decidir e legislar sobre. Atualmente, principalmente pelas feministas, o aborto é defendido como tema de saúde pública, mas isso não deve ser feito somente no papel, porque a existência de normas e manuais que tratam de Políticas de Saúde da Mulher é uma realidade, mas assim como explica Fonseca (2018) existe

um abismo no que refere a aplicação dos serviços de atendimento; isso se deve, segundo a autora, pela quantidade insuficiente de profissionais para atender aos casos e ainda, uma vasta quantidade desnecessária de documentos, o que desmerece a mulher e lhe nega o direito a exercer sua autonomia reprodutiva. Como afirma Fonseca “esses fatores citados, portanto, conseguem interferir na questão do acesso dessa mulher ao serviço de saúde e torna a sua busca pelo serviço uma verdadeira peregrinação e extensão do seu sofrimento” (FONSECA, 2018, p. 21).

Outro fator relevante que Fonseca (2018) traz à discussão, refere-se ao incentivo à maternidade que as mulheres receberam historicamente, pelo menos até o momento em que se evidenciam teorias que demonstram a necessidade de um controle de natalidade, onde o Estado passa a se preocupar com as questões de contracepção focando principalmente no desenvolvimento de mecanismos direcionados aos corpos femininos (pílula anticoncepcional, DIU, Diafragma, implantes subcutâneos, etc.) para impedirem a fecundação. É nesse momento em que, mais uma vez, ocorre a junção de poderes: a Igreja com sua moralidade, a justiça com suas leis condenatórias e a medicina com seus medicamentos e métodos, incidem mecanismos de controle, objetivando subjugar ainda mais os corpos femininos e delegando mais uma vez à mulher, praticamente a totalidade da responsabilidade sobre a reprodução. Ao mesmo tempo que atua sobre os corpos das mulheres impondo mecanismos e regras se contradiz ainda mantendo ativa a retirada da autonomia, do poder de decisão delas sobre esses mesmos corpos.

Destaca-se que a luta e as dificuldades das mulheres na busca de autonomia corporal e reprodutiva está atrelada à liberdade sexual e moral, o que faz com que a manutenção de ideias conservadoras encabeçadas principalmente pela Igreja, se sobreponham à laicidade do Estado e transmitam essa conduta condenatória em relação à sexualidade. A exemplo disso

Uma notícia de setembro do ano de 2015, sendo matéria extraída do site G1, foi divulgada na mídia: O Papa permitiu o perdão às mulheres que abortassem durante o ano considerado santo pela Igreja, afirmando-se essa uma proposta de mais inclusão na comunidade religiosa. O ano Santo divulgado estabeleceu-se de dezembro de 2015 até novembro de 2016, período em que as mulheres puderam procurar os padres para receber o perdão caso tenham realizado algum abortamento durante sua vida, independentemente da qual situação tenha sido exposta para cometer tal ato “pecaminoso”. Retrocesso atual, pois, mais uma vez percebe-se a retirada da autonomia da mulher e é visível submissão do corpo a essa Igreja, que se coloca como entidade no direito de perdoá-la a partir do que ela decidiu fazer com relação à sua sexualidade e à reprodução. (FONSECA, 2018, p. 28).

Analisando os últimos 20 anos no Brasil, é possível perceber que mudanças significativas ocorreram. A luta feminista conseguiu uma série de conquistas e os índices de

igualdade têm melhorado, disto, segundo Fonseca (2018), muito se deve à aprovação da Lei Maria da Penha³³.

No que se refere a dados brasileiros mais específicos, tem-se acesso a um compilado de pesquisas coordenado pela antropóloga Débora Diniz 2010, que foram financiados e divulgados pelo Ministério da Saúde em 2009. Embora já tenham se passado alguns anos, essas pesquisas são fundamentais para que se consiga entender o porquê o aborto deve ser considerado uma questão de saúde pública, uma vez que é uma demanda urgente, que causa morte, principalmente de mulheres pobres, portanto, deve ser enfrentado com a seriedade que merece, já que trata-se da garantia do acesso das mulheres aos direitos humanos e não com todo o preconceito moral que incide sobre o tema, considerando-o como um ato de infração moral das mulheres, além, é claro de ser criminalizado.

As pesquisas revelam que dentre as mulheres que optaram pelo abortamento, a predominância, que gira em torno de 51% a 82% estão na faixa etária de 20 a 29 anos, deve ser enfatizado que o recorte etário não é homogêneo, ele situa-se de modo geral entre 10 e 49 anos. Dentro do perfil predominante estão as mulheres que se encontram em união estável, com até 8 anos de estudo, que trabalham fora de casa, são católicas e que tem pelo menos um filho, contam com acesso a meios anticoncepcionais e realizam o procedimento se utilizando do misoprostol. Com os dados coletados nas pesquisas, são revelados os números e a estimativa da magnitude do aborto, que no Brasil, no ano de 2005, 1.054.242 abortos foram induzidos, mas que fique claro que é apenas uma estimativa, pois como já vimos anteriormente a maioria dos casos acaba por não ser registrada.

Não restam dúvidas que a maioria das mulheres que toma a importante decisão de interromper a gravidez situa-se neste recorte: está fora do mercado de trabalho, são ainda estudantes, possuem renda informal (manicure ou cabelereira), ou provém de famílias que habitam periferias ou que possuem uma renda mensal de até 3 salários-mínimos. Com isso podemos concluir que são essas as maiores vítimas da sociedade, pois além de serem excluídas dos direitos básicos, ainda são desumanizadas pois têm negado seus direitos reprodutivos e humanos. O aborto seguro deve ser um direito, uma apropriação da autonomia para que as mulheres decidam sobre seus corpos e suas vidas. Importante salientar que para a Organização

³³ Lei Maria da Penha foi sancionada em 7 de agosto de 2006 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com 46 artigos distribuídos em sete títulos, ela cria mecanismos para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher em conformidade com a Constituição Federal (art. 226, § 8º) e os tratados internacionais ratificados pelo Estado brasileiro (Convenção de Belém do Pará, Pacto de San José da Costa Rica, Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher).

Mundial da Saúde (OMS), as mulheres correm risco de vida apenas se realizarem um abortamento de modo inseguro, o qual é descrito por este órgão como o procedimento praticado para terminar uma gravidez indesejada, quando realizado por uma pessoa sem treinamento ou em um caso de ausência de profissional de saúde.

Tendo acesso a esses dados, fica fácil perceber que abortos ocorrem sendo crime ou não, sendo moralmente permitido ou não, então torna-se imprescindível que as mulheres tenham a liberdade e a garantia da decisão, pois assim garantem o maior dos direitos, a vida. É fundamental que se pense no aborto como de fato é, uma decisão importante, que só é tomada quando não se tem outra alternativa pois é um abalo físico, psicológico, emocional, enfim, uma agressão para a mulher. A isso, atualmente, ainda soma-se o julgamento moral da sociedade assim como o jurídico, sendo uma dupla punição para as mulheres quando na verdade deveriam ser amparadas, assistidas, apoiadas e não julgadas e condenadas, uma vez que essa condenação reflete puramente o preconceito moral instituído na nossa sociedade onde impera o machismo dominando e objetificando as mulheres.

4.2 ABORTO SEGURO: UM EXEMPLO DE RESISTÊNCIA FEMINISTA ORGANIZADO E PROTAGONIZADO PELAS “SOCORRISTAS EM REDE” NA ARGENTINA

Abortar es una desobediencia y una acción feminista, las socorristas crearon sus propias pedagogías aborteras de la amorosidade, que hacen estallar los paradigmas patriarcales.
(Laura Rosso, 2019)

As lutas feministas ocorrem em várias frentes, suprimindo diversas demandas, de diversos grupos, mas pode-se afirmar que o aborto legal é uma das mais polêmicas bandeiras dessa luta. Organização e reação é o que os diversos grupos de mulheres vêm protagonizando ao longo dos anos. Um exemplo dessa organização, que está funcionando de modo eficaz, salvando vidas e demonstrando o quanto a união das mulheres por uma causa traz resultados positivos, é o trabalho realizado pelo grupo de mulheres denominadas “Socorristas em Red”, que está estabelecido na Argentina, formando uma corrente que dissemina informações sobre como realizar um aborto seguro, sem risco de vida para a mulher nesse momento difícil de tomada de decisão.

Relatar o exemplo de organização e as experiências do socorrismo feminista argentino requer, primeiramente, que se esclareça sobre a adaptação feita pelas mulheres integrantes do

grupo para o conceito de “socorro”, o qual, para elas, significa uma prática feminina e feminista de ajudar as mulheres que têm a necessidade e o direito de decidir sobre seus próprios corpos.

Na Argentina, como declarou Nadia Fink³⁴, “o aborto saiu do armário para nunca mais voltar” (ROSSO, 2019, p. 7). Na Argentina, os primeiros movimentos feministas tendo como tema o aborto livre, ocorrem em 2001, na cidade de Neuquén, através do surgimento da “*Colectiva La Revuelta*, movimento este, que desperta o feminismo para lutar contra as injustiças e pensando maneiras de possibilitar a realização de um aborto seguro; cria-se aí este modo diferenciado e humanizado de abortar acompanhadas.

O grupo feminista de socorristas revela que, embora em 2018 a Câmara do Senado argentino tenha rechaçado a sanção da Lei da Legalização do Aborto, o movimento nas ruas, escolas, a ação ativista por um aborto livre, seguro, legal e gratuito é algo que emerge para discussão de tal forma que não poderá voltar atrás. Foi em 2010, que começaram a organizar o chamado “Socorro Rosa”, um movimento feminista organizado em rede, que leva informação, apoio e abraço às mulheres que desejam abortar de modo seguro, se apropriando do direito de decidir sobre seu corpo e sua vida.

As integrantes desse movimento entendem o socorrismo como uma resposta, uma atitude, uma apropriação da liberdade de forma concreta, diante do Estado que “fecha os olhos” para a situação das mulheres. As socorristas vêem o acompanhamento do aborto como a demonstração de um feminismo que busca desnaturalizar as formas de desigualdade e opressão sofridas pelas mulheres, historicamente. Acompanhar, para elas, significa ajudar, informar, segurar, compartilhar sentimentos, rir, chorar, abraçar, sair à luta, pois se o Estado abandona, as socorristas amparam.

Com a organização das socorristas, na Argentina, os abortos acontecem acompanhados e seguros. É um grupo onde umas decidem abortar, outras decidem acompanhar. Enfatizam que abortar é, antes de tudo, uma decisão política, que abre outros precedentes, possibilita a escolha de outros caminhos. O socorrismo é a demonstração clara de um feminismo novo, que traz embrincado a sororidade, uma atitude apaixonada, voltada à uma ação concreta que contraria o abandono do Estado.

Esse grupo realiza um trabalho humanizado, sem humilhações, desconfianças, apenas trata as mulheres pelo que são: seres humanos, com sentimentos e necessidades, valorizando suas vidas, suas vontades, sua autonomia, demonstrando que, existe sim possibilidades de organizações que funcionam e de fato salvam vidas, por exemplo

³⁴ Nadia Fink – jornalista e escritora argentina.

entre 2014 e 2018 as socorristas argentinas acompanharam 19.361 mulheres que abortaram de maneira segura, com medicamentos, fornecendo-lhes a informação necessária. São dados estatísticos que se conhecem pelo trabalho de sistematização que cada coletivo da rede de socorristas realiza cada vez que acompanha a uma pessoa que decide interromper uma gravidez. Dezenove mil, trezentas e sessenta e uma mulheres com nome e sobrenome que dão conta desta prática de resistência, rebeldia e desacato que se envolvem em afetos, abraços e novos sentidos a palavra aborto. (ROSSO, 2019, p. 12, tradução minha).

O grupo de socorristas tem representantes em todos os lugares; pode-se encontrá-las em uma parada de ônibus, numa praça, numa esquina, nas marchas, enfim os lugares são os mais diversos e elas vão construindo formas de sororidade e amorosidade, encorpando um feminismo socorrista que informa, apoia e orienta para que as mulheres que tiveram uma gravidez indesejada possam ter o direito de escolha e a oportunidade de viver outros sonhos e objetivos. Esse é um exemplo de tratamento humanizado que as mulheres merecem.

Essa frase de uma das socorristas revela como se sente integrando o grupo: “Me emociona o que geramos no socorrismo, os vínculos afetivos tão necessários para a vitalidade e para a sobrevivência no mundo patriarcal. Estar com outras é uma forma de resistência”, relato da Julia na Coletiva feminista “*La Revuelta*” – CABA-GBA (ROSSO, 2019, p. 17). As socorristas formaram um grupo que ganhou amplitude e atualmente está organizado a nível nacional. Impulsionadas pela coletiva “A Revolta de Neuquén”, esse ativismo se mantém articulado com o sistema de saúde e conta com outras redes argentinas que também lutam pelos mesmos ideais, como por exemplo: a Rede de Profissionais pelo Direito de Decidir e a Rede de Acesso ao Aborto Seguro (REDAAS), assim como conta com outras redes de acompanhamento na América Latina e no Caribe.

As socorristas desenvolveram um *modus operandi* próprio, coletando dados fazendo registros de cada acompanhamento realizado, um trabalho sério, responsável e comprometido. Relatam que foi em 2015 que iniciaram um trabalho de sistematização e compilação dos dados de modo privado. Com dados gerais pode-se ver o desenvolvimento do trabalho:

Os dados de 2014 indicam que 1116 mulheres realizaram encontros com as socorristas. Todas elas abortaram acompanhadas. No ano seguinte, o número de mulheres aumentou para 2894, das quais 2388 abortaram com a informação fornecida pelas socorristas. Em 2016, foram 4971 as mulheres que se comunicaram com elas, 3794 abortaram acompanhadas. Em 2017, 5871 mulheres tiveram encontros com as socorristas, das quais 4783 abortaram acompanhadas. Os registros que sistematizaram em 2018 indicam que 8462 mulheres foram aos encontros com as socorristas e que 7280 abortaram acompanhadas. Desse total, 301 acompanhamentos foram dentro do sistema de saúde, significa que se propiciou o acesso a Interrupção Legal da Gravidez. (ROSSO, 2019, p. 21-22, tradução minha).

Através dos dados informados, é perceptível o aumento do número de mulheres que procuraram o grupo de socorristas; isso se deve à disseminação das informações e ao trabalho sério realizado pelo grupo. Como já vimos a declaração de uma das socorristas de como se sente em relação ao trabalho que realiza, segue agora o depoimento de uma das mulheres que foi socorrida pelo grupo:

Só uma coisa tinha claro: Não o queria. Não aceitaria gestar mais uma vez. Os dias passavam e o mal-estar era pior. Necessitava encontrar as famosas revoltas. Mas onde buscava essa informação? Chego pelo Facebook, me deram nomes e números de telefone que por fim me levaram a elas. Jamais vou esquecer o amor que me transmitiu aquela moça atrás do telefone, dando-me a palavra de que precisava. Já tinha o dia e a hora para vê-las. Pensei, como serão, que me dirão, terá alguém mais? Quando as vi sozinhas senti esse amor com que me receberam, a calma com que me escutavam. Cheguei em casa e não tive dúvidas. Era o momento e elas estavam do outro lado do telefone. Senti que tudo se desprendia, fui ao banheiro e ali estava o final do meu problema e o começo de algo novo. Havia abortado e estava feliz. Por uma vez em minha vida havia podido decidir por mim. Aquelas socorristas me devolveram a vontade de viver. Buscar a “La Revuelta” foi e será a melhor decisão da minha vida. Por Karla de Neuquén. (ROSSO, 2019, p.103, tradução minha).

Este é um relato emocionante e sincero de uma das mais de dezenove mil e tantas mulheres que foram acompanhadas pelo grupo de socorristas; é um depoimento que enche de esperança e motivação a todas as mulheres que buscam a liberdade e a autonomia de decisão, o que na verdade nada mais é do que garantir um direito. E o grupo possibilita esse direito, torna real que uma mulher, a partir do momento que decidir abortar, consiga, sem correr risco de vida, com ou sem o apoio do Estado, ou as informações e os meios para realizá-lo, afinal sim, ele ocorre, o problema reside que a falta de assistência e de informação que causa consequências muitas vezes sérias, causando mortes.

Dados e informações importantes sobre o perfil das mulheres que realizaram abortos revelam que

as mulheres abortam mais além da situação econômica: em 2017 42,5% das pessoas que interromperam a gravidez não tinham trabalho e 57,5% sim. Abortaram mais além das crenças religiosas: 58,3% praticam alguma religião. Abortam mais além de ter filhos anteriormente: 57,2% já eram mães. Abortam mais além da idade: 72,9% tinham entre 20 e 34 anos. Das 5871 mulheres que procuraram as socorristas para interromper uma gravidez em 2017, 92% disseram estar acompanhadas por alguma pessoa de seu convívio afetivo na decisão de abortar, 82% não haviam abortado antes e 74,3% sabiam que podiam abortar com medicamentos. (ROSSO, 2019, p. 23, tradução minha).

O sucesso do trabalho realizado pelas socorristas deve-se a seriedade e a responsabilidade na orientação, na organização e na disseminação das orientações sobre como administrar a medicação, geralmente o *misoprostol*, de forma segura, seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde.

Dentre as “ferramentas” utilizadas pelo grupo de socorristas pode-se citar a autocrítica, a reflexão, o exercício intelectual, a escrita, a paciência e a generosidade. Esses recursos, somados ao trabalho, empenho e responsabilidade das mulheres envolvidas, demonstram a importância e a força das mulheres que, quando organizadas, conquistam espaço e objetivos, se apropriam da garantia de direitos, obtendo ótimos resultados e que, no dia 8 de março de 2019 completou 18 anos de luta política. Importante evidenciar que a junção do movimento feminista com as socorristas foi inevitável e ocorreu de forma natural, uma vez que alguns dos objetivos são comuns à ambos. Cabe ressaltar que a organização do grupo de socorristas é formada 100% por mulheres, que somente atendem mulheres, inclusive no primeiro contato, até para informação não são admitidos homens. Enfim é um grupo de mulheres, para mulheres.

O nome “Socorro Rosa” foi inspirado pelo trabalho desenvolvido pelas feministas italianas na década de 1970, iniciado em Roma e que rapidamente tomou proporções maiores espalhando-se por outras cidades da Itália, assim como ocorre na Argentina, sendo que o grande salto da Rede ocorreu em 2014 quando realizou-se a 3ª reunião em Neuquén, na qual participaram 16 coletivos formados por 52 ativistas. Foi esse o momento em que o movimento assumiu o claro sentido de Rede de Acompanhamento. Nessa reunião deliberou-se a unificação do trabalho e a criação de um formulário para se fazer o devido registro dos dados e a sistematização a nível nacional, graças a essa decisão, a coleta de dados tornou-se fidedigna e confiável. Essa compilação teve como resultado o livro publicado nominado “*Estamos para nosotras: Experiencias de socorrismo feminista em el siglo XXI*”, organizado por Laura Rosso em 2019.

Laura Rosso (2019) revela que, com os anos de socorrismo e de construção de saberes feministas, o que se destaca, são as experiências do grupo que transitaram por um processo que as permitiu pensar que era possível construir relações com maiores níveis de generosidade, com laços mais fortes de confiança, gerados pelo próprio fazer feminista. Nesse processo não se aborta somente o feto, mas um amontoado de coisas. Tem algo fundamental a ser enunciado, sempre que abortam, estão abortando por todas as mulheres, que ouviram que não podiam, que lhes disseram que não era o momento e que tiveram que aguardar. Esse grupo organizado é a reação, é o não esperar, é o se apropriar do direito, é a posse do corpo, é a autonomia na decisão; o socorrismo fornece de volta a militância, a construção da política feminista, possibilitando ao

corpo o fazer concreto, a autonomia, devolvendo a esperança de que se possa ter liberdade e poder de decisão. A luta do movimento das socorristas não é somente pela descriminalização, porque defendem que não basta que o aborto seja legal, deve ainda ser livre, deve proporcionar a possibilidade de abortar para quem quer, onde quer e com quem quer.

Segue um trecho de uma entrevista realizada com uma das integrantes do Grupo de Socorristas que atua na cidade de Posadas, capital da Província de Misiones, na Argentina, que esclarece como se desenvolve, na prática, o trabalho das socorristas. Esta entrevista foi realizada no dia 23 de novembro de 2019, na casa da entrevistadora, por se tratar de um local reservado e tranquilo para que pudessem desenvolver o assunto. Para fins de identificação, EB (Ediane Biasi) é a entrevistadora e LC, (socorrista, que preferiu, por questões de segurança ter seu nome mantido anônimo), a entrevistada. A entrevista na íntegra contará como anexo III, deste trabalho.

“EB: Bom, e agora se você puder me falar sobre a organização do grupo, como funcionam os atendimentos...

LC: Claro, bom, humm, a ideia das socorristas. Nós temos uma linha pública, temos um *Facebook*, um *Instagram*, mas tratamos de que todas as pessoas que necessitam abortar se comuniquem pela linha pública. Então, se escrevem pelo *Facebook* ou pelo que seja, se comunica que deve ser pela linha pública. Não falamos com homens, digamos, isso não quer dizer que somente atendemos pessoas que se identificam como mulheres, mas atendemos todos os corpos gestantes, ou é essa a ideia, digamos. Mas os homens que querem falar por suas mulheres, não lhes damos informação, porque como tratamos de que sejam sempre as pessoas gestantes que se comuniquem conosco. [...] Por um montão de coisas, porque a informação do procedimento passa por esse corpo e é ele que tem que ter a ideia do que passa. E nós também temos que estar seguras de que a pessoa que vai abortar é ela que decide, que está segura, que ninguém a está influenciando, e bom, é isso, quando se comunicam pelo *Facebook* ou *Instagram* pedimos o contato pelo telefone, e aí se perguntam coisas como a idade, de quanto tempo está, pedimos que tenha ecografias para sabermos a quantidade de tempo, que digamos, se está tudo bem, porque existem distintos casos que podem ascender ao sistema de saúde. Tratamos de tudo que pode passar, também aquelas que podem passar pelo sistema de saúde, pois também é importante que o Estado faça seu trabalho, pois há causas pelas quais o aborto é legal e nós tratamos de que isso se mantenha assim e na realidade, a nossa postura é que segundo a lei, a maioria dos casos deveria ser legal, digamos, porque causa males de saúde que uma mulher não se sinta preparada ou gere depressão, ou lhe gera ansiedade ou lhe gera mal estar já está, digamos amparada. Nem falar dos casos das meninas adolescentes que terminam parindo,

que na nossa província é uma das que mais casos tem e isso é como que, segundo a lei deveriam estar todos dentro do marco da interrupção legal da gravidez. Por uma questão de diminuição de riscos e danos. Bom, tudo isso, tudo isso, que aparece que sempre falam, tratamos de que passem pelo sistema de saúde, óbvio que as acompanhamos também, explicamos como ir, como falar, como reivindicar que lhes atendam, com que profissionais é melhor falar e com quem não, digamos, como os lugares da província que é melhor, é mais fácil, porque temos mais ou menos uma pequena rede que estamos organizando de pessoas de toda província... eh... Bom, quando chegam os casos se pedem certas informações às meninas e aí se organiza uma reunião, a ideia é que a reunião seja presencial, mas acontece que muitas vezes se comunicam pessoas de Porto Libertad, Porto Iguaçu e que não tem como vir aqui pra uma reunião, então, bom, nesses casos se pode ver de fazer uma reunião pelo telefone e aí resolver como podem conseguir a medicação, digamos. Na reunião se fornecem todas as informações, algumas reuniões são grupais e não são permitidas a entrada de homens cis, por uma questão de não incomodar as moças, porque digamos, sai muitas informações, nós fizemos como que uma entrevista para cada moça em cada reunião, sobre a sua história e sua gravidez, seus antecedentes ginecológicos etc. E é a parte que nos contam, nos dão informações sobre se sofreram violência, muitas vezes têm sido abusadas e, bom, não é como que se está um homem ao lado quando ela está contando, então tratamos de que não hajam homens, e se estão que esperem lá fora, ou que estejam acompanhadas por amigas. [...]”.

Com certeza as informações concedidas pela socorrista, elucidam as principais dúvidas que possam surgir quanto à atuação das socorristas, como se organizam, como desenvolvem seu trabalho, esclarecendo que na Argentina, as socorristas não atuam na ilegalidade porque lá não é crime, como é aqui no Brasil, a disseminação das informações sobre o uso do *Misoprostol*, ou mesmo sobre como realizar um aborto seguro. O folder com a orientação do uso do medicamento que é usado pelas socorristas para veicular informação, constará como anexo I deste trabalho.

4.3 MARIAS, ANAS E MARIANAS... ESTUPRO: “MAS É SÓ DENUNCIAR”? SERÁ? O POLÊMICO CASO DE MARIANA FERRER EM FLORIANÓPOLIS.

“Quem é Mariana Ferrer?”³⁵

Em 2018, a jovem Mariana Ferreira Borges, que na época estava com 21 anos, trabalhava como influenciadora digital. Ela, que ficou conhecida nas redes sociais como Mari Ferrer, também ocupava o cargo de embaixadora do estabelecimento Café de La Musique, um *beach club* de luxo em Florianópolis (SC), divulgando o espaço através das suas redes sociais. Em 15 de dezembro daquele ano, a jovem participou de um evento no local. No dia seguinte, registrou um boletim de ocorrência relatando ter sido drogada e estuprada. Em 20 de maio de 2019, usou as redes sociais pela primeira vez para expor sua versão dos fatos.

Desde então, usa as contas do *Instagram* e do *Twitter* para desabafar, expor materiais ligados ao dia da festa e pedir por justiça. Segundo sua mãe relatou a *Universa*, em entrevista concedida em novembro de 2019, desde a noite da festa, ela desenvolveu "sequelas irreversíveis": passa a maior parte do tempo em seu quarto e hoje tem problemas para confiar nas pessoas [...].

Atualmente, Mariana utiliza a seguinte descrição nas redes sociais: "*Veggie girl. Sagittarius. Survivor of violence against women fighting for justice*", que quer dizer "Menina vegetariana. Sagitariana. Sobrevivente de violência contra a mulher lutando por justiça". No dia 21 de dezembro, ela completará 23 anos.

O que Mariana posta nas redes sociais? Através de postagens via *Twitter* e *Instagram*, ela relata o que teria acontecido no dia da festa e conta que, até aquele momento, nunca havia tido relações sexuais. "Minha virgindade foi roubada junto com os meus sonhos".

Mariana afirma que o agressor não teria se aproximado enquanto estava lúcida e, por isso, não teria lembranças dele. 'Fui levada para um lugar desconhecido por mim e acredito que também seja para a grande maioria das pessoas que lá frequentam', referindo-se a uma área privativa do Café de La Musique [...].

‘Nenhuma das pessoas que me acompanhavam no dia me socorreu, pelo contrário: me abandonaram, negaram meus pedidos de socorro, e todas as provas levam a crer que compactuaram para que o estuprador pudesse agir’, escreveu. A jovem também divulga *prints* de conversas. Mariana divulgou ainda um áudio direcionado a uma de suas amigas durante o evento. Nele, com a voz alterada, ela diz não estar bem e estar sozinha, sem saber para onde ir.

O que afirma a mãe de Mariana? Em entrevista a *Universa*, concedida em novembro de 2019, a mãe da jovem, Luciane Aparecida Borges, relatou que, naquela noite, Mariana

³⁵ Informações retiradas da coluna “Violência contra a Mulher”, do *Universa*, canal de notícias voltadas à mulher, do UOL. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/11/10/caso-mari-ferrer.htm>. Acesso em 17 de dezembro de 2020.

chegou em casa sozinha, de Uber, e ‘abalada’. A princípio imaginou que a jovem pudesse estar bêbada, algo que nunca havia acontecido, porém ao colocá-la para dentro de casa e auxiliá-la na retirada da roupa que estava usando, viu que o *body* e a calcinha que vestia estavam ensanguentados. A roupa também estava com um forte odor de esperma. Segundo a mãe, os efeitos da droga no corpo teriam permanecido até o dia seguinte, quando foram a uma delegacia de Florianópolis registrar um boletim de ocorrência.

Por que o caso se tornou público? Cinco meses após o registro da ocorrência, em maio de 2019, o caso não havia caminhado e Mariana decidiu compartilhar seus relatos nas redes sociais. A história viralizou e foi compartilhada por milhares de pessoas, incluindo personalidades famosas. Em julho, André de Camargo Aranha se tornou réu do caso, investigado como estupro de vulnerável. No início das investigações, Aranha, empresário que trabalha no ramo de marketing esportivo, negou ter se aproximado da jovem naquela noite. Ele também se recusou a fazer um exame de DNA a fim de que a polícia avaliasse se o seu material genético era compatível com o do esperma encontrado na roupa da influenciadora.

No entanto, a delegada responsável pelo caso na época, Caroline Monavique Pedreira, pediu que um copo de água usado pelo empresário durante seu depoimento fosse estudado. Os resultados comprovaram a compatibilidade entre o seu material genético e o esperma presente na calcinha. Além disso, ele foi reconhecido nas imagens das câmeras de segurança do local subindo uma escada de mãos dadas com ela e foi apontado como suspeito por duas testemunhas.

Um laudo do IML (Instituto Médico Legal) comprovou o rompimento recente do seu hímen.

O que gerou indignação no julgamento? No dia 9 de setembro de 2020, o juiz Rudson Marcos, da 3ª Vara Criminal de Florianópolis, julgou como improcedentes as denúncias da jovem e absolveu o réu da acusação de estupro de vulnerável.

Em novo depoimento, Aranha mudou sua versão dos fatos e confirmou ter tido contato com a jovem, porém alegou não se lembrar completamente do que aconteceu. Disse apenas que ela o seduziu, que o contato entre os dois se deu de maneira breve e que ela teria praticado nele sexo oral.

O crime de estupro de vulnerável caracteriza a prática de "conjunção carnal ou ato libidinoso" — que significa qualquer tipo de relação sexual, de penetração a sexo oral — com a vítima sem que ela possa oferecer resistência. No caso de Mariana, o crime teria acontecido porque ela afirma ter sido dopada. No entanto, o exame toxicológico mostrou um resultado negativo para ingestão de substâncias que pudessem ter alterado o seu estado de consciência.

Na sentença, o juiz também levou em conta as imagens da câmera de segurança que mostram Mariana descendo uma escada.

‘[...] Com base nas imagens percebe-se claramente que a ofendida possui controle motor, não apresenta distúrbio de marcha, característico de pessoas com a capacidade motora alterada pela ingestão de bebida alcoólica ou de substâncias químicas’, analisou em um dos trechos. Ele também citou ‘um antigo dito liberal’ que afirma ser ‘melhor absolver cem culpados do que condenar um inocente’. A decisão foi questionada por ativistas pelos direitos das mulheres e logo, a *hashtag* #JustiçaPorMarianaFerrer se tornou um dos assuntos mais comentados do país.

Por que o termo ‘estupro culposos’ foi atribuído a sentença? No dia 3 deste mês, o *The Intercept* Brasil publicou uma reportagem associando o julgamento de Mariana ao termo ‘estupro culposos’. As palavras foram escolhidas para se referir à tese usada pelo Ministério Público de Santa Catarina para pedir a absolvição do réu, que teria sido acatada, na sequência, pelo juiz. O termo, entretanto, não está presente nas 51 páginas da sentença nem nas 91 páginas das conclusões do promotor de Justiça, Thiago Carriço de Oliveira, que se posicionou pela absolvição.

Existe, no entanto, uma justificativa para o termo. As alegações finais do MP afirmam que não seria ‘razoável presumir que [o réu] soubesse ou que deveria saber que a vítima não desejava a relação’ e que ‘não há, nos autos [do processo] qualquer comprovação de que o acusado tinha conhecimento ou deu origem à suposta incapacidade da vítima para resistir a sua investida’. O que gerou indignação foi o conceito jurídico de ‘erro de tipo’. A advogada criminalista e professora de Direito Penal Adriana D’Urso, consultada por *Universa*, explica: ‘Se um homem tem relação sexual com uma menina menor de 14 anos, o que pela lei é estupro de vulnerável, mas ela apresenta para ele um documento falso, em que diz ter mais de 18, isso é um erro de tipo. Não houve intenção de praticar o crime’, diz. ‘Isso acontece com outros crimes. E a pessoa será punida se, no Código Penal, a prática tiver a modalidade culposa, sem intenção, como no caso do homicídio. O estupro não aceita isso’.

Para uma parcela de juristas e ativistas, o julgamento abre um precedente perigoso para outros casos de violência sexual, que poderiam ser justificados da mesma forma.

Por que o advogado Cláudio Gastão da Rosa Filho vem sendo criticado? Também foram divulgados pelo *The Intercept* Brasil trechos da última audiência do caso. Neles, o advogado de Aranha, Cláudio Gastão da Rosa Filho, dirige à influenciadora afirmações como a de que ‘não gostaria de ter uma filha ‘no nível’ dela’, além de mostrar aos presentes, fotos

supostamente sensuais, que não têm a ver com o caso. Na gravação, ele afirma que Mariana tirou fotos em ‘posições ginecológicas’ e ‘chupando o dedinho’.

No vídeo, a jovem parece abalada e, mesmo assim, o advogado continua. ‘Não adianta vir com esse teu choro dissimulado, falso e essa lágrima de crocodilo’. Então a jovem clama por respeito. ‘Eu tô implorando por respeito, no mínimo. Nem os acusados, nem os assassinos são tratados da forma como eu tô sendo tratada. Pelo amor de Deus, gente’.

Por causa disso, Gastão foi acusado de humilhar e desrespeitar Mariana. A maneira como a audiência foi conduzida gerou críticas até mesmo do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, que opinou: ‘As cenas da audiência de Mariana Ferrer são estarrecedoras. O sistema de Justiça deve ser instrumento de acolhimento, jamais de tortura e humilhação. Os órgãos de correição devem apurar a responsabilidade dos agentes envolvidos, inclusive daqueles que se omitiram’.

Consultadas por Universa, advogadas especialistas em violência sexual alertam que a estratégia de defesa adotada na audiência é uma das mais comuns em casos de estupro: desqualificar a vida e a trajetória da mulher em questão a fim de convencer às partes de que se trata de alguém inferior e ‘com menos valor’.

Com o relato deste caso, ficou muito claro como a justiça brasileira desdenhou de Mariana, desmoralizando-a, tratando-a sem o mínimo de respeito ou consideração, se utilizando de materiais, como fotos de suas redes sociais, que nada tinham a ver com o processo que estava sendo julgado, com o intuito de reforçar a vulnerabilidade masculina diante da sedução e do “perigo” que, como já foi visto anteriormente, as mulheres representam. Outra contradição está na desvalorização da virgindade da moça, visto que nem foi levada em consideração a prova de “rompimento de hímen”, por se tratar de uma moça que a sociedade patriarcal considera com atitudes que não são dignas de respeito, o que, provavelmente não aconteceria se ela fosse a filha do empresário de posses, no lugar do estuprador, nesse caso, haveria valor simbólico. É necessário, urgentemente, acabar com esse tipo de preconceito em relação às mulheres, porque roupa, dança, ou atitude não são definidoras do caráter de ninguém, isso é somente uma artimanha machista para justificar e legitimar, como visto, o estuprador como moralizador. É ainda mais contraditório responsabilizar as mulheres pelas atitudes agressivas dos homens, pois reiteramos que elas são parte do “ser homem” imposto pelo patriarcado de que as mulheres são as maiores vítimas.

O Caso de Mariana teve repercussão nacional, levantando a discussão sobre o estupro, fazendo que todos refletissem sobre a apropriação dos corpos e a desmoralização das mulheres, levantando sérias críticas ao sistema judiciário pela sua parcialidade e falta de senso de justiça.

Chegando ao ponto de o Senado brasileiro emitir um voto de repúdio, o qual conta no anexo II, ao posicionamento tanto do advogado de defesa de Aranha, quanto ao promotor de Justiça e o Juiz do caso por se omitirem permitindo que Mariana fosse humilhada em pleno julgamento que moveu contra seu agressor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das leituras e da pesquisa realizadas, é possível construir uma linha de raciocínio que permite, não aceitar, ou justificar, mas entender como se embasaram os condicionamentos culturais que determinam e legitimam o que primeiro Bourdieu (2012), conceitua como *habitus*, pois é assim que se compreende como o meio em que se nasce nos condiciona a agir e viver, em seguida com Maria Bernardete Ramos Flores (2007), que concorda com Bourdieu (2012), quanto a existência de uma “hierarquia de gêneros”, que organiza a vida social dos indivíduos de acordo com o sexo biológico. Consegue-se compreender como a dominação masculina se estabelece e se mantém, sendo perceptível através de uma série de fatores histórica e culturalmente criados e disseminados, que fazem da mulher, de seu corpo principalmente, um objeto, um mero coadjuvante, um ser que nasceu e cresceu para servir o “mundo dos homens”, que é o mundo de quem detém o poder, as decisões, as atitudes.

Entender a importância dada ao corpo feminino, suscita pensar que, mesmo sendo fisicamente mais frágil que o corpo masculino, é dentro deste, que ocorre a reprodução, a geração de um novo ser, algo que o corpo masculino não é capaz de realizar. Françoise Héritier (2004) demonstra, fazendo entender, que a reprodução é uma das razões fundamentais que incitaram os homens a se apropriar do corpo das mulheres, tanto pela sua incapacidade de gerar, quanto pela necessidade da certeza de que o filho é também seu. Isso favoreceu a construção de um ideal de esposa e possibilitou a constituição do culto à virgindade feminina, tida como algo sagrado e fundamental, daí o estabelecimento de regras, proibições e condicionamentos, que fizeram, mesmo a mulher sendo a representante da espécie capaz de gerar a vida, ficar subordinada, tendo relegado, a segundo plano, seu papel na história, quando na verdade deveria dividir o protagonismo.

Héritier (2004) explica que essa necessidade de perpetuar a espécie, assim como a certeza de que está criando uma prole “legítima”, obriga os homens a se apropriarem do corpo feminino, de duas formas principais, uma lícita, pelo menos dentro da lei criada pelo patriarcado, que consiste em negociar o corpo feminino através do casamento, e a outra ilícita, que seria o estupro, a violação. É necessário destacar que o estupro só se tornou um crime punível, não por ser violento e produzir traumas e agressões à mulher, mas sim por ferir a honra do pai ou do marido, no caso o “dono” da mulher. Percebe-se, portanto, a importância dada em submeter, em usar o corpo feminino, pois este, como vimos afirmar Bourdieu (2012), está formado e é tido como representação de grande capital simbólico, sendo capaz de se tornar um

meio de se alcançar níveis de status ou depreciação social, dependendo da situação, por exemplo, com o casamento, gravidez ou a prostituição. Ao apropriar-se destas justificativas, compreende-se o quanto é injusta a relação, o quanto a instituição da hierarquia de gêneros privilegia os homens, desfavorecendo e objetificando as mulheres. Compreende-se que, o que a sociedade determina para as mulheres está longe de ser alegre.

Será esse realmente o destino das mulheres? Os homens são felizes, com seus privilégios e sem sofrimentos? Em determinados momentos é assim mesmo que pensamos, mas longe das crendices e falácias que acusam as mulheres feministas de disseminar o ódio pelos homens, o objetivo delas é muito claro e não é, nem nunca foi incitar sentimentos negativos sobre os homens, pelo contrário, a busca é de igualdade de condições. Como somos seres sociais, vivendo em sociedade, deve-se buscar soluções para os problemas, não só responsabilizar o outro pelo que está desajustado. E seria muito fácil responsabilizar os homens, elegê-los como os vilões, afinal, eles dominam, se apossam, comandam, detém o poder de decisão sobre a vida e, por mais cruel que seja, sobre a morte das mulheres, o que é confirmado pelo alarmante número de feminicídios que tomamos conhecimento diariamente.

Mas compreender essa relação de dominação suscita algo mais complexo. Pensar sobre hierarquia de gêneros remete ao dominante e o dominado, o forte e o fraco, faz pensar o quanto a força física masculina já foi usada para se sobrepor às mulheres, mas também faz questionar sobre a necessidade criada para o uso dessa força, que é o que nos expõe Rita Segato (2003, 2018), com seu conceito de “mandato de masculinidade”, o qual obriga o homem a ser forte, ter atitude agressiva, ser corajoso e se expor a riscos. Dentro dessa sociedade que espera das mulheres a fragilidade, a delicadeza, a obediência e a submissão, cobra dos homens o contrário, tornando-os as primeiras vítimas do modo patriarcal instituído, delegando a eles o papel de defensor da honra.

Para entender a importância social da honra, é necessário compreendê-la como um privilégio construído e reconhecido entre os homens, a tal ponto que, Bourdieu (2012) trata do ponto de honra, como sendo vital para a manutenção do poder masculino, delegando a todas as gerações de homens, a responsabilidade por sua manutenção. Manter a honra consiste em ser respeitado, ter poder, impor-se perante outros; para que se tenha sucesso, o homem deve acumular capital simbólico, seja econômica ou socialmente; já o corpo feminino, segundo Bourdieu (2012), é tratado como objeto, o qual pode ser adquirido e associado a capital simbólico, uma vez que através do casamento ou da gravidez ocorre a mudança no status social. Isso esclarece que os homens, os mesmos homens que criaram os regramentos, as normatizações de comportamento, se autopunem, sofrendo eles próprios com um

comportamento que os subjuga e os mantém também aprisionados a um papel que captura seus corpos e vontades e tende a buscar a homogeneização. É desanimador pensar que a mudança nas relações só se desenvolverá a longo prazo, pois enquanto os homens estão sobrecarregados com a manutenção da honra e do mandato de masculinidade, ao mesmo tempo têm medo da mudança, pois uma ascensão e reconhecimento de igualdade com feminino geraria a perda de privilégios, os quais eles estão habituados a desfrutar. Enquanto isso a utilização da força física, sendo a única superioridade real dos homens sobre as mulheres, segue sendo um instrumento para acuar, amedrontar, violentar e coagir as mulheres.

Isso também leva a um ato totalmente contraditório na sociedade brasileira que é contra o aborto por defender a vida, quando não defende a vida das mulheres. Torna-se claro aqui, o objetivo da dominação, da disputa de poder e autoridade para decidir sobre os corpos das mulheres, para retirar-lhes o protagonismo na reprodução, para impedir a autonomia, por medo de que se desmistifique a superioridade que eles tanto defendem. Os corpos das mulheres pertencem a elas, essa é uma das principais bandeiras de luta, a ser defendida, mas quando conquistarem essa autonomia mudará totalmente a estrutura das relações que atualmente perduram, é por isso que existe tamanha resistência, é por isso que gera tamanho incômodo, e continua sendo combatida e negada com veemência. Dificuldades sempre existiram, mas as mulheres, historicamente, lutaram e lutam em vários contextos e tempos, buscando revolucionar e combater o patriarcado, que delega a elas lugares subalternos a partir da construção de discursos que, aprisionam os corpos e os desejos das mulheres, relegando-as à um lugar de não-sujeito detentor de uma natureza que só a permite viver para os outros e não com os outros.

O caso Mariana Ferrer demonstra, sem dúvidas, o poder de dominação exercido pelos homens, ainda mais se este homem for um sujeito de posses, como no caso, o Aranha; aqui a superioridade do dinheiro, a hostilidade da justiça, claramente um meio eminentemente masculino, tornaram todas as provas que Mariana apresentou, por mais concretas que fossem, invalidadas pela simples palavra do agressor. Isso deixa claro que palavra de homem tem maior peso e maior validade que qualquer prova. Fica o convite para refletir quando, em nossa sociedade, seria considerada a palavra de uma mulher com prova contra a palavra de um homem? E que fique claro que foi citada palavra contra palavra, porque contra as provas seria irrefutável! Pensar sobre isso evidencia a imensa luta que as mulheres têm pela frente na busca por igualdade.

Ao refletir sobre um modo de amenizar as injustiças e apresentar alternativas para solucionar, ou pelo menos tentar solucionar as dificuldades nas relações humanas, pode-se

sinalizar como uma possibilidade, o rompimento das classificações de gênero, pois dá a entender que quanto mais nomeia, quanto mais nomenclaturas se evidenciam para dividir o gênero, conseqüentemente mais se hierarquiza. Pode-se refletir que indiferente de gênero, identificação ou classificação, tratam-se apenas de corpos humanos, pessoas que possuem o direito de serem tratadas como tais. Assim, tratando a todos sem classificações ou hierarquizações conseguir-se-ia atingir um nível próximo da igualdade, que tanto se prega e que por muitos é buscada. Romper com as classificações de gênero acredita-se ser o primeiro passo na luta para desintegrar as injustiças.

REFERÊNCIAS

ALVES, Douglas Santos (Org.). **Gênero e diversidade sexual**: teoria, política e educação em perspectiva. Tubarão: Copiart; Chapecó: UFFS, 2016.

BARDELLA, Ana. Mari Ferrer: entenda a cronologia do caso, a denúncia e a sentença. **UOL**, 2020.

Disponível em:

<<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/11/10/caso-mari-ferrer.htm>> acesso em: 17 de dez de 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. MILLIET, Sérgio. (trad.) Vol. 2. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BOLSANELO, Aurélio. **Enciclopédia Pedagógica da Educação Sexual**: a sexologia sem preconceitos. 26^a.ed. Curitiba: Educacional Brasileira, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **Dominação Masculina**. 11^a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

Brasília, DF: **Senado Federal**, 2020.

Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/tv/programas/noticias-1/2020/11/201cestupro-culposos201d-senado-aprova-voto-de-repudio-a-advogado-juiz-e-promotor-do-caso-mariana-ferrer>> acesso em: 05 de nov de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **20 anos de pesquisas sobre o aborto no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e conversas de mulher**. 2.ed. São Paulo: Planeta, 2014.

DEL PRIORE, Mary (Org.); PINSKY, Carla Bassanesi (Coord.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2017.

COMO VIVER A SEXUALIDADE. Biblioteca de autores da obra Social Dom Camilo, Curitiba, 1977.

CAVALCANTE, Alcilene; XAVIER, Dulce. (Orgs.). **Em Defesa da Vida**: aborto e direitos humanos. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2006.

DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo. **Aborto no Brasil**: Uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. *Ciência & saúde coletiva* [online]. p. 959-966, 2010.

Disponível em:

<<https://apublica.org/wp-content/uploads/2013/09/PNA.pdf>> acesso em: 20 de fev de 2020.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Tecnologia e Estética do Racismo**: ciência arte na política da beleza. Chapecó: Argos, 2007.

FONSECA, Jamile Guerra. **Aborto Legal no Brasil**: Avanços e retrocessos. 1. ed. Curitiba: Apris, 2018.

FOUCAULT, Michael. **História da Sexualidade I**: vontade de saber. ALBUQUERQUE, Maria Tereza da Costa; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. (trad.) 13.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michael. **História da Sexualidade II**: o uso dos prazeres. ALBUQUERQUE, Maria Tereza da Costa; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. (trad.) 2.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michael. **História da Sexualidade III**: o cuidado de si. ALBUQUERQUE, Maria Tereza da Costa; ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. (trad.) 2.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michael. **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978/1979). BRANDÃO, Eduardo. (trad.) São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREUD, Sigmund. **Amor, sexualidade, feminilidade**. MORAES, Maria Rita Salzano. (trad.) 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. (Obras Incompletas de Sigmund Freud; 7)

GELLACIC, Gisele Bischoff. **Despindo corpos**: Uma história da liberação sexual feminina no Brasil 1961-1985. 1.ed. São Paulo: Alameda, 2018.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. (2ª edição inglesa em 1993).

HÉRITIER, Françoise. **Masculino/Feminino**: O pensamento da diferença. BRITO, Carlos Aboim de. (trad.) Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

HÉRITIER, Françoise. **Masculino Feminino II**: Dissolver a Hierarquia. BRITO, Carlos Aboim de. (trad.) Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

JARDIM, Rejane Barreto. **Ave Maria, ave senhoras de todas as graças! Um estudo do feminino na perspectiva das relações de gênero na Castela do século XIII**. Porto Alegre: PUCRS, 2006 (Tese de Doutorado).

KARNAL, Leandro. **Dia internacional da mulher**. São Paulo: UNICAMP, 2017.

Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=GvHkdMwUc14>

L.C.: depoimento. Entrevistadora: Ediane Albani Biasi. Posadas – Argentina: UNAM, 2019.

MACHADO, Lia Zanotta - **Masculinidade, sexualidade e estupro**. As construções da virilidade. Dossiê Brase 97. 1998.

MAIA, Mônica Bara. (org.). **Direito de decidir**: múltiplos olhares sobre o aborto. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos: As representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1891-1930). In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Raquel. (Org.) **O corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003. p. 107-128

MOTTA, Flávia de Mattos. **Sonoro Silêncio**: história e etnografia do aborto. Ponta Grossa: Todapalavra, 2015.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. CÔRREA, Angela M.S. (trad.) 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

PINSKI, Carla Bassanezi; PEDRO, Maria Joana. (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTO, Maria Rozeli. **“Aborto Legal” e o “Cultivo ao Segredo”**: Dramas, Práticas e Representações de Profissionais de Saúde, Feministas e Agentes Sociais no Brasil e em Portugal. Santa Catarina: UFSC, 2009.

RAGO, Margareth. Descobrindo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, SP, n.11, p. 89-98, 2013.

Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634456>. Acesso em: 14 dez. 2020.

ROSSO, Laura. **Estamos para nosotras**: experiências de socorrismo feminista em el siglo XXI. FINK, Nadia (coord.) 1.ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Chirimbote, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SEGATO, Rita Laura. **Contra-pedagogias de la crueldad**. 1ª ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementares de la violència:** Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. 1ª ed. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

STEARNS, Peter N. **História da Sexualidade.** MARQUES, Renato. (trad.) São Paulo: Contexto, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. Inquisição, moralidades e sociedade colonial. In:_____ **Trópico dos Pecados:** Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil. 3.ed. São Paulo: Nova Fronteira, 1989. p. 279-306. Coleção Histórias do Brasil.

ANEXOS

ANEXO I

¿Cómo hacerse un ABORTO SEGURO con MISOPROSTOL?

El Misoprostol es un medicamento que produce contracciones uterinas. Permite autogestionarse un aborto seguro. Su eficacia ronda en el 90%. Si falla, podés reiterar el uso pasadas 72 horas del primer tratamiento. En Argentina se vende bajo el nombre comercial: Oxaprost. La OMS recomienda su uso en países donde el aborto está penalizado, porque evita riesgos para la salud de quienes abortan. El uso del misoprostol es más efectivo entre las semana 7 y 12 de gestación. Si estás de más semanas, consultanos. En hospitales y centros de salud tienen la obligación de informarte.

¿CÓMO SE USA?

Tenés que elegir uno de estos métodos: **SUBLINGUAL** o **VAGINAL**. Aunque empiece el sangrado completá los 3 pasos. Usá las 12 pastillas. Respetá los intervalos horarios.

MÉTODO SUBLINGUAL

PASO 1 800 µg de MISOPROSTOL (4 pastillas)	* Colocá 4 pastillas debajo de la lengua. * Mantenelas media hora hasta que se disuelvan. Vas tragando la saliva. (Si quedan restos tragalos o escupilos).
PASO 2 800 µg de MISOPROSTOL (4 pastillas)	3 horas después del Paso 1: * Colocá otras 4 pastillas debajo de la lengua. * Mantenelas media hora hasta que se disuelvan. Vas tragando la saliva. (Si quedan restos tragalos o escupilos).
PASO 3 800 µg de MISOPROSTOL (4 pastillas)	3 horas después del Paso 2: * Colocá las últimas 4 pastillas debajo de la lengua. * Mantenelas media hora hasta que se disuelvan. Vas tragando la saliva. (Si quedan restos tragalos o escupilos).

MÉTODO VAGINAL

PASO 1 800 µg de MISOPROSTOL (4 pastillas)	* Colocá 4 pastillas dentro de la vagina. Bien al fondo. * Hacé 1 hora de reposo con las piernas en alto. (Antes de colocarlas podés salpicarlas con agua)
PASO 2 800 µg de MISOPROSTOL (4 pastillas)	Pasadas 3 hs. del Paso 1 y hasta 12 hs. como máximo, vos elegís el intervalo horario: * Colocá otras 4 pastillas dentro la vagina. Bien al fondo. * Hacé 1 hora de reposo con las piernas en alto. (Antes de colocarlas podés salpicarlas con agua)
PASO 3 800 µg de MISOPROSTOL (4 pastillas)	Pasadas 3 hs. del Paso 2 y hasta 12 hs. como máximo, vos elegís el intervalo horario: * Colocá las últimas 4 pastillas dentro la vagina. Bien al fondo. * Hacé 1 hora de reposo con las piernas en alto. (Antes de colocarlas podés salpicarlas con agua)

¿QUÉ VAS A SENTIR? son síntomas esperables:

Dolor abdominal // Contracciones // Escalofríos // Náuseas
Vómitos // Diarrea // Dolor de cabeza
Fiebre mientras dure el proceso.

* Para evitar dolores intensos, podés tomar 2 ibuprofenos (400 mg) 1 hora antes del misoprostol y continuar con 1 cada 3 hs.
* Para evitar náuseas, podés tomar reliverán 1 hora antes del misoprostol

NO TOMAR
aspirina, serral, buscapina, alcohol, ni otras sustancias para que puedas estar atenta a los síntomas.

¿Qué te va a pasar?

Vas a sentir contracciones.
Sangrado abundante con coágulos.
Expulsión del saco gestacional.
*(Generalmente esto ocurre después de ingerir el MISOPROSTOL)
El sangrado puede durar unas semanas e irá disminuyendo.

¿CUÁNTAS SEMANAS DE GESTACIÓN TENÉS?

Calculalas desde el primer día de tu última menstruación (FUM) hasta la fecha actual o mediante una ecografía.

PARA TENER EN CUENTA	SEMANAS	TAMAÑO
Se forma el saco gestacional y el embrión	4 - 6 desde FUM	Menos de 1 cm.
	7 - 8 desde FUM	1 cm.
Se visualiza forma fetal	9 - 10 desde FUM	4 cm.
	10 - 11 desde FUM	7 cm.
	11 - 12 desde FUM	9 cm.
Se visualiza el feto, el cordón umbilical y la placenta	13 - 14 desde FUM	14 cm.
	15 - 18 desde FUM	15 cm.
	19 - 22 desde FUM	25 cm.

¿CÓMO SABES SI ABORTASTE?

Dejá caer el sangrado en un recipiente o en el inodoro.
Tené en cuenta que el saco gestacional es una textura más consistente que un coágulo, no se disuelve con el agua. SI LO EXPULSASTE EL ABORTO SE PRODUJO

¿A QUÉ SÍNTOMAS TENÉS QUE ESTAR ALERTA?

Si aparecen tenés que ir a una guardia médica

Fiebre 24 hs después del tratamiento // Desmayo //
Un dolor intenso que persiste aún con el uso del ibuprofeno.
Color u olor en el sangrado muy diferente al de tu menstruación.

Sangrado abundante:  = 2 horas seguidas.

¿QUÉ TENÉS QUE HACER DESPUÉS DEL ABORTO?

Ir a un control médico entre 7 y 10 días después.
Allí podrás conversar y decidir sobre el método anticonceptivo más adecuado para este momento de tu vida.

Tené en cuenta que ante la primera relación sexual heterosexual que tengas, tenés que usar un método anticonceptivo, de lo contrario corrés el riesgo de volver a quedar embarazada. Sólo el preservativo previene las enfermedades de transmisión sexual.

IMPORTANTE:
Consultá a un médico amigable antes de usar las pastillas para abortar:
Si tenés anemia severa // Si tenés DIU (recomendamos sacarlo).
Si sos RH (-) para organizar la colocación de la Gammaglobulina Anti D.

¿CUÁNDO NO PODÉS USAR MISOPROSTOL PARA ABORTAR?

Si tenés: alergia al misoprostol // Embarazo ectópico //
Enfermedades de coagulación.
Si tuviste una cesárea hace menos de 6 meses.

ORGANIZATE PARA QUE EL ABORTO SEA LEGAL Y LIBRE EN ARGENTINA
Socorristas en Red: www.socorristasenred.org en la
Campaña Nacional por el Derecho al Aborto Legal, Seguro y Gratuito.
Argentina - Abril 2018

ANEXO II



SENADO FEDERAL
REQUERIMENTO Nº 2621, DE 2020

Voto de repúdio ao advogado Cláudio Gastão da Rosa Filho, ao Juiz Rudson Marcos e ao Promotor de Justiça Thiago Carriço de Oliveira, por distorcerem fatos de um crime de estupro, expondo a vítima a sofrimento e humilhação.

AUTORIA: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senadora Kátia Abreu (PP/TO), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Antonio Anastasia (PSD/MG), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Carlos Fáturo (PSD/MT), Senador Carlos Portinho (PSD/RJ), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Diego Tavares (PP/PB), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Elmano Férrer (PP/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Fernando Collor (PROS/AL), Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR), Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS/RJ), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador José Maranhão (MDB/PB), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Meclias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Ney Suassuna (REPUBLICANOS/PB), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio

Página 1 de 4 Avulso do RQS 2621/2020.

Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (PODEMOS/DF), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Wellington Fagundes (PL/MT)



Página 2 de 4 Avulso do RQS 2621/2020.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

REQUERIMENTO Nº , DE 2020

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222, *caput*, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de repúdio ao advogado Cláudio Gastão da Rosa Filho, ao Juiz Rudson Marcos e ao Promotor de Justiça Thiago Carriço de Oliveira, por distorcerem fatos de um crime de estupro, expondo a vítima a sofrimento e humilhação.

JUSTIFICAÇÃO

No último mês, uma excrecência jurídica ocorreu na 3ª Vara Criminal de Florianópolis: André de Camargo Aranha, filho de um empresário influente, foi absolvido de acusação por crime de estupro, pois ele teria cometido um "estupro culposo", tese criada pelo Promotor de Justiça Thiago Carriço de Oliveira.

Nunca – em toda minha carreira como Delegado e Professor de Direito Penal – tomei conhecimento de um absurdo jurídico tão grande.

O estupro, previsto no art. 213 do Código Penal, é crime que **não** admite a modalidade culposa. Em outras palavras: é crime onde a intenção sempre está presente. É crime doloso.

Não importa se a vítima está dormindo ou se está alcoolizada, drogada ou sob qualquer outro efeito. Não havendo consentimento, fica configurado o crime de estupro.

Página 3 de 4 Avulso do RQS 2621/2020.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

Além da sentença proferida, o trecho da audiência divulgado pelo site *The Intercept Brasil* é **estranhador**. Enquanto o advogado da defesa, Cláudio Gastão da Rosa Filho, humilha Mariana Ferrer, mostrando fotos da vítima e fazendo comentários impertinentes e misóginos, o juiz Rudson Marcos se limita a dizer que a audiência poderia ser suspensa para que Mariana se recompusesse.

Até quando as mulheres continuarão sendo responsabilizadas por crimes cometidos por homens?

Me alinho ao posicionamento do Eminentíssimo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, segundo o qual "o sistema de justiça deve ser instrumento de acolhimento, jamais de tortura e humilhação".

Esperamos que o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o Ministério Público de Santa Catarina, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público apurem a responsabilidade dos agentes envolvidos. É o que propomos com o presente voto de repúdio.

Sala das Sessões, 03 de novembro de 2020.

Senador FABIANO CONTARATO
(REDE/ES)

Página 4 de 4 Avulso do RQS 2621/2020.

ANEXO III

ENTREVISTA

ENTREVISTADA: L.C. (Integrante do Grupo de Socorristas em Rede da cidade de Posadas – Provincia de Misiones- Argentina)

ENTREVISTADORA: EDIANE BIASI

DATA: 23/11/2019

DURAÇÃO: 30 minutos

LOCAL: Av. Corrientes nº2363 – Posadas – Argentina

SUORTE: mp3

Entrevista concedida pela socorrista L.C. para acadêmica Ediane Biasi em 23/11/2019, na cidade de Posadas – Argentina. A entrevista foi gravada, com a permissão da entrevistada, desde que seu nome fosse mantido no anonimato. Utilizou-se um aparelho de celular e um gravador para efetuar o registo do áudio.

EB: Boa Tarde, para começar preciso pedir se me permites gravar nossa conversa?

L.C: Sim, claro, somente te solicito que mantenha meu nome anônimo, por questão de segurança.

EB: Sem problemas, obrigada pela disponibilidade...

EB: Aah... O que eu gostaria que você me falasse é a respeito do grupo de socorristas, como você entrou no grupo e como você tomou conhecimento do grupo?

LC: Bom! Humm, eu conheci o grupo, desde há muito tempo porque [...] Eu vivia em Córdoba antes de vir pra cá e via todo tempo, por todos os lados e sabia que tinha uma rede, digamos, de pessoas que acompanhavam a quem queria abortar, eh... Mas, bom, aí quando vinha aqui não conhecia que havia um grupo aqui, comecei a descobrir por aí. Ingressei um pouco mais no feminismo a partir do primeiro “Nenhuma a menos” que foi em 2015, ano que comecei a faculdade e por aí, a partir daí, e comecei a me mover nesse sentido, como sabia que existiam as socorristas, sabia dessa pegada, tinha o número no celular por qualquer dúvida [...] eh [...] Bom, no ano passado, 2018, em setembro por aí, uma amiga minha acabou engravidando e estava falando para ver o que ia fazer e eu lhe passei o número, mas ela já o havia conseguido. Aí ela escreveu, mas nós não conhecíamos nada, eu fazia muito tempo que queria investigar sobre o aborto, digamos, e também como eu já seguia as páginas, mas nunca me animava a escrever às socorristas, porque sentia que escrever à elas, era como, para ver o

que podia fazer, só que tinha medo, que me vissem como: não, o que pensa ela? Como se estivesse perseguindo elas. Eu tinha muito medo, mas queria muito entrar nesse grupo ehh [...] Bom, depois quando ela me conta isso que escreveu e lhe disseram que estavam fazendo uma reunião, e que as reuniões eram para repassar informação, e que nessas reuniões não podiam ir com os namorados, digamos, ou com uma pessoa que não pudesse estar grávida, mas podiam levar uma amiga como acompanhante. Então pediu pra mim que a acompanhasse, eu disse que vou, óbvio, porque aí eu estava como que acompanhando ela, pois ela estava decidindo o que fazer, se ia ao médico ou outra coisa. Bom, fomos nessa reunião havia mais outras duas garotas, e na reunião elas lhes explicaram e aí, depois te conto mais sobre as reuniões. Ehh depois que terminou a reunião, perguntaram se queríamos entrar no grupo e nós duas lhes dissemos que sim. Eu fiquei muito contente e muito agradecida à minha amiga [risos] que me pediu que a acompanhasse, porque fazia muito tempo que eu queria entrar, digamos. E aí estou desde outubro do ano passado (2018). Eu sou nova no grupo, e o grupo está aqui desde 2015, creio, se não me engano, pois não é tão velho.

EB: Bom, e agora se você puder me falar sobre a organização do grupo, como funcionam os atendimentos...

LC: Claro, bom, humm, a ideia das socorristas. Nós temos uma linha pública, temos um *Facebook*, um *Instagram*, mas tratamos de que todas as pessoas que necessitam abortar se comuniquem pela linha pública. Então, se escrevem pelo *Facebook* ou pelo que seja, se comunica que deve ser pela linha pública. Não falamos com homens, digamos, isso não quer dizer que somente atendemos pessoas que se identificam como mulheres, mas atendemos todos os corpos gestantes, ou é essa a ideia, digamos. Mas os homens que querem falar por suas mulheres, não lhes damos informação, porque como tratamos de que sejam sempre as pessoas gestantes que se comuniquem conosco. [...] Por um montão de coisas, porque a informação do procedimento passa por esse corpo e é ele que tem que ter a ideia do que passa. E nós também temos que estar seguras de que a pessoa que vai abortar é ela que decide, que está segura, que ninguém a está influenciando, e bom, é isso, quando se comunicam pelo *Facebook* ou *Instagram* pedimos o contato pelo telefone, e aí se perguntam coisas como a idade, de quanto tempo está, pedimos que tenha ecografias para sabermos a quantidade de tempo, que digamos, se está tudo bem, porque existem distintos casos que podem ascender ao sistema de saúde. Tratamos de tudo que pode passar, também aquelas que podem passar pelo sistema de saúde, pois também é importante que o Estado faça seu trabalho, pois há causas pelas quais o aborto é legal e nós tratamos de que isso se mantenha assim e na realidade, a nossa postura é que segundo a lei, a maioria dos casos deveria ser legal, digamos, porque causa males de saúde que uma

mulher não se sinta preparada ou gere depressão, ou lhe gera ansiedade ou lhe gera mal estar já está, digamos amparada. Nem falar dos casos das meninas adolescentes que terminam parindo, que na nossa província é uma das que mais casos tem e isso é como que, segundo a lei deveriam estar todos dentro do marco da interrupção legal da gravidez. Por uma questão de diminuição de riscos e danos. Bom, tudo isso, tudo isso, que aparece que sempre falam, tratamos de que passem pelo sistema de saúde, óbvio que as acompanhamos também, explicamos como ir, como falar, como reivindicar que lhes atendam, com que profissionais é melhor falar e com quem não, digamos, como os lugares da província que é melhor, é mais fácil, porque temos mais ou menos uma pequena rede que estamos organizando de pessoas de toda província... ehhh... Bom, quando chegam os casos se pedem certas informações às meninas e aí se organiza uma reunião, a ideia é que a reunião seja presencial, mas acontece que muitas vezes se comunicam pessoas de Porto Libertad, Porto Iguaçu e que não tem como vir aqui pra uma reunião, então, bom, nesses casos se pode ver de fazer uma reunião pelo telefone e aí resolver como podem conseguir a medicação, digamos. Na reunião se fornecem todas as informações, algumas reuniões são grupais e não são permitidas a entrada de homens cis, por uma questão de não incomodar as moças, porque digamos, sai muitas informações, nós fizemos como que uma entrevista para cada moça em cada reunião, sobre a sua história e sua gravidez, seus antecedentes ginecológicos etc. E é a parte que nos contam, nos dão informações sobre se sofreram violência, muitas vezes têm sido abusadas e, bom, não é como que se está um homem ao lado quando ela está contando, então tratamos de que não hajam homens, e se estão que esperem lá fora, ou que estejam acompanhadas por amigas. E nas reuniões temos os folders, não sei se viste os folders?

EB: Com a orientação do uso do medicamento?

LC: Claro!

EB: Sim eu vi, ganhei um no dia da marcha.

LC: Ahhh, muito bom... então lhes damos este folder para cada uma para explicar bem como tudo, como é o procedimento como são todos os passos a fazer, bom, a ideia é que perguntem coisas, que contem coisas, que seja uma dinâmica de grupo e que, bom... pra saber como funciona num grupo, há pessoas que são mais tímidas e outras que não. Uma vez aconteceu que precisávamos fazer uma reunião e não tínhamos lugar, lugar físico, digamos... e fomos na praça, mas nenhuma foi à reunião, mas algumas se organizaram num grupo de *Whatsapp* e começaram a se comunicar entre elas [risos] e isso acontece, digamos, começam a se comunicar entre elas e é muito bom, porque se acompanham por um bom tempo, seguem falando e estão abortando e abortam juntas de alguma forma. E essa é um pouco a ideia também das socorristas.

EB: O apoio né, a ajuda...

LC: É claro, é como se não fosse passar por um aborto sozinha, pois é uma experiência muito dolorosa, sobretudo que tampouco para todas as moças passam igual algumas passam mais tranquilamente do que outras. Não ficar com todo esse tabu, toda essa criminalização, essa exposição social que é horrível e causa muita culpa em algumas. Porque realmente quando eu abortei há muitos anos, mas não foi com socorristas, a maioria que fazem parte abortamos... eh... e é distinto, como ir a uma reunião e ver um monte de outras pessoas que também estão na mesma situação que você ou antes pensar que está sozinho, que a ninguém acontece o mesmo, como vai resolver. Nós damos duas reuniões, uma para quem tem menos de 12 semanas, porque também é possível abortar depois, mas é mais complicado e não tão recomendável. Mas como damos duas reuniões na semana, e há um número muito grande de mulheres que abortam, todo o tempo. Começar a conhecer essa realidade, e que se acompanhem entre elas e que se falem coisas, e isso, não se sentir só é superimportante, me parece.

EB: Porque já é um momento difícil né, complicado na vida, é uma decisão importante né, se você se sente sozinha ainda, sabendo que vai ser repreendida ou né... é mais complicado, ainda.

LC: Sim, totalmente... e bom, depois da reunião, repassamos informações, dizemos como resolver o tema da medicação e tipo, não lhe damos na reunião a medicação, isso também, esclarecemos sempre que nós não fazemos aborto, mas damos informação, por isso que o grupo de socorristas não é ilegal... eh... bom, e depois que damos todas essas informações ficamos em contato sempre com as moças, com nossos números pessoais e aí, bom, depois continuamos falando, sempre pedimos que nos deixem avisadas, quando vão tomar, o que está acontecendo, se sentem dores, se necessitam de socorro médico ou não, porque a ideia é ficar em suas casas também e que não haja nenhum incidente, que haja alguma pessoa que lhes tratem mal ou incomodem, pois isso acontece muito, sobretudo por aqui na nossa província, porque nós estamos aqui há pouco tempo, nossa rede não é muito grande, e essa província é como, muito católica, mas mal, digo porque tem muitas pessoas católicas que estão a favor do aborto, por isso nos hospitais também é colocado como questão de consciência, por isso quase nenhum médico lhes quer atender, as tratam mal e é terrível, digamos, porque tampouco tem porque, é super ilegal o que fazem, é ilegal de verdade, então tratamos de que não vão aí e nessas circunstâncias não os podemos obrigar mas insistimos muito, muito, muito, muito, muito. Nem que depois de vários dias vão a um controle médico, e é isso, basicamente o que fazemos, as acompanhamos, pois muitas vezes surgem problemas como questões de violência e isso por aí é algo que não falta. Mas também, tampouco podemos resolver o problema de todas, o que nos

falta é combinar com outros grupos que trabalhem com esses temas e... bom isso é bem difícil querer resolver o problema da vida das pessoas e é muito difícil trabalhar com pessoas, ou seja, um ativismo... e bom, há muitos casos em que se frustram ou que pedem informação para algo e depois é como se te deixam de responder, porque de alguma forma você acabou se metendo muito na vida delas, e por aí é como se mudasse a opinião e não te respondem mais [riso nervoso] é tão difícil.

EB: Lidar com pessoas é sempre difícil, e isso que tu disseste das reuniões serem em um local, vocês tem um local então, vocês conseguem reunir as mulheres?

LC: Agora... claro, não é que temos um local porque não temos financiamento de nada, se bem que existe uma rede que faz algumas ações, porque a rede de socorristas é muito grande tem contato com organizações internacionais. Em outras Províncias há muitíssimos profissionais que estão dentro da rede de socorristas. Aqui nós não temos nenhuma pessoa que é profissional, somos todas estudantes, todavia. Somos poucas, agora creio que somente 8 (oito), mas sim estamos em contato com profissionais da área de saúde, por exemplo de questões legais, não temos ninguém aqui, mas outras companheiras que se denominam feministas, mas que não estão dentro da rede de profissionais que atendem com as socorristas. Não me recordo o que me perguntou...[risos]

EB: Ahhh...a respeito do local...

LC: Ahhh... bem... isso, como não temos financiamento nem nada, não podemos ter um local porque não temos como sustentá-lo, mas sim temos contatos com organizações e agora nos emprestam... temos nossas reuniões fixas nesses locais (*preferiu que ocultasse a informação sobre o endereço*) essas organizações são entidades que lutam pelos direitos e defendem a diversidade, não sei exatamente qual trabalho que realizam, mas nos emprestam os locais e temos reuniões fixas, nos deram uma chave, nós não pagamos nada e bom... temos esse espaço que é muito bom. Mas como já ocorreu algumas vezes, quando se tem que ocupar este lugar, não sei bem como é a organização ali dentro e prefiro não saber [risos]. Mas, bem... quando ocupam nos nossos dias de reuniões fixas, que já estamos organizadas, nós também temos acesso a CTA (Central de Trabalhadores Autônomos) que também nos emprestam salas, mas aí não temos tanto acesso, por aí é como que temos que pedir antes se está disponível. Não é como no outro local que temos reuniões sempre as quartas e sextas já são nossas durante as salas, digamos...não vão pessoas lá, pra que possamos ficar tranquilas, nos deram um montão de intimidade, como que entenderam também como é a dinâmica das reuniões que necessita isso, ainda bem, por sorte conseguimos esses espaços, por que a verdade era como... dar informação, e se está tudo bem, porque se marca dentro do legal, na legalidade digamos...é bom

não estar em uma praça, explicando um montão de coisas e por aí se comentam um montão de coisas e as mulheres ficam com vergonha de estar em um local público, digamos...como estar em um bar e na mesa do lado estar alguém que pode estar escutando toda a conversa, isso não está bom. Se bem que falo, mas por mim, não pelas socorristas, creio que é necessário meter essas questões no meio público, pois as pessoas abortam, e abortam mesmo sendo ilegal é o que acontece e é normal, com todas as mulheres que queremos viver e escolher estar ou não grávidas, porque nem os anticonceptivos são seguros. Mas é importante preservar a identidade das envolvidas, então é muito bom ter um lugar, porque se não seja fechado, com muito calor, porque aqui faz muito calor e chove muito também [risos]. Porque se acontece uma reunião com oito ou mais pessoas, o espaço é importante, foi um grande avanço conseguir um local, e isso conseguimos este ano... desde a metade deste ano (2019) nós começamos a nos organizar mais, não sei como era antes... mas criamos mais vínculos com o sistema de saúde, também temos uma ampla comunicação com grupos de socorristas de outros lados, digamos... de outras Províncias, e com isso tratamos que seja mais fluído digamos... foi difícil entender a rede como funciona. Mas é algo super horizontal, digamos... a informação se trata de ficar ao alcance de todas e todas se vão a ficar construindo daí, digamos...

EB: Sobre a relação com profissionais de saúde...se dá de modo harmonioso, entendem o trabalho de vocês?

LC: Não! [riso nervoso] porque uma vez que não levamos somente informação, mas acompanhamos as mulheres, ajudamos como resolver. O problema não é que entendam ou não o que nós fazemos, mas me parece mais complicado, nós temos profissionais que estão conosco mas de modo informal, pois é isso de estar à favor ou contra a legalização do aborto, digamos...porque isso vai da ideologia de cada profissional... tem os que orientam, e os que são totalmente contra...assim como tem garotas que praticam sozinhas e depois precisam de socorro médico...tem também as garotas que vão aos médicos e estes lhe receitam formas que as vezes funcionam outras não, não entendo... é como as vezes que acontecem abortos espontâneos...mas é isso lhes dão formas para que tomem um *misoprostol* e outro introduzam na vagina...isto é como que não existe, e realmente nós temos um método, não que improvisamos, mas que é o método que se usa nos países onde o aborto é legal. O método que aprova a Organização Mundial de Saúde (OMS). E aqui, falo por Missiones, porque não sei como é no resto do país como é que os médicos, é isso como que estão receitando outras formas que realmente não servem, não funcionam, não servem para nada...porque tomar um *misoprostol* não serve para nada, não gera contrações... Conversando com uma estudante de medicina ela me disse que não estudam sobre as formas eficazes de abortar na universidade, e como que é terrível, porque se

tem alguns casos em que é legal, é permitido abortar, como os profissionais de saúde não recebem essas informações... e para além disso, eles têm que ter a capacidade de atender a alguém que está com um aborto em curso, por exemplo... e atender bem e com todas as informações que necessite, a formação deveria existir para isso...

EB: Sim já que é um caso de risco de vida, muitas vezes...

LC: Totalmente! E ademais é ilegal, por aqui na Argentina tem casos de legalidade, então têm que se ensinar a fazer aborto seguro na universidade, preparar esses profissionais que estudam medicina...

EB: Sim, se a legislação permite em alguns casos tem que se ter conhecimento sobre...

LC: Totalmente, ou seja, é ridículo, e está mal, digamos, mas bom...é o que se passa...e tem essa questão da ideologia moral de ser contra, e isso torna muito difícil abordá-las para essas temáticas, mas é o que se passa... nem sei porque estou te falando isso [risos] acho que é um desabafo [risos].

EB: Mas é interessante, para entender como é o posicionamento dos profissionais e da sociedade em si, a respeito. Porque que pesa também, quando a gente fala de aborto pesa também o religioso, o jurídico... É uma porção de forças [sinal de aspas com as mãos] sociais que estão aí agindo, no Brasil é assim também, é um assunto tabu, as pessoas não discutem, não falam sobre, é bem complicado trabalhar o tema. E eu gostaria de saber qual a tua percepção sobre o futuro da busca pelo aborto livre...

LC: As discussões são inúmeras, muitas polêmicas sobre as meninas, adolescentes violadas, que são praticamente obrigadas a parir... mas se abre uma brecha de esperança com a mudança no governo federal, pois o novo presidente, na semana passada se manifestou prometendo solucionar essa questão... e o primeiro passo é a informação, nós enquanto socorristas, embora não sejamos profissionais de saúde, nos consideramos, porque nós manejamos informações, muitas vezes melhor que os médicos, mas sim é importante a intervenção médica antes e posterior para que não hajam complicações, e esta também é outra discussão, que discute se o aborto quando legal deve ser realizado no hospital ou tem que ser em qualquer lado, donde a pessoa quer, bom... é isso... o que realmente queremos é que saia uma lei e como lutamos, peleamos e pedimos isso, sabemos que mesmo com as promessas do novo governo ainda vai faltar muitos anos para que isso realmente se regularize, porque tudo não se termina numa declaração de uma lei, que seja assim, que o aborto seja legal e não com a descriminalização e sim com a legalização por uma questão de que se marque dentro das políticas de saúde pública, para que como temos acesso a saúde pública pudesse escolher de

assim quer realizar o aborto dentro do hospital... bom acho que é isso... o que eu tinha para te colocar sobre essas questões...

EB: Certo, te agradeço imensamente a disponibilidade e os esclarecimentos que me fizeste.

LC: De nada!